

V enCONASA

Encontro Nacional da Articulação no Semi-Árido Brasileiro – ASA

REFORMA AGRÁRIA: DEMOCRATIZANDO A TERRA E A ÁGUA NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

16 a 19 de Novembro de 2004

Teresina - Piauí



✓ Apresentação

✓ Objetivos

✓ Peças divulgação

✓ Versão impressão

✓ Fotos

✓ 16/11/04

✓ 17/11/04

✓ 18/11/04

✓ 19/11/04

✓ Carta da Terra



APRESENTAÇÃO

Estes são os Anais do V Enconasa, Encontro Nacional da Articulação do Semi-árido Brasileiro, realizado em Teresina, de 16 a 19 de novembro de 2004, no Rio Poty Hotel, Teresina-PI.

Condensar quatro dias de trocas de experiências, debates, vivências e interações das mais diversas culturas em torno do V Enconasa é tarefa das mais difíceis. Por isso, os Anais do evento não têm a pretensão de ser a cópia fiel do que aconteceu de 16 a 19 de novembro de 2004, em Teresina.

Metodologicamente, o texto aqui construído busca dar ao leitor uma pequena visão do que aconteceu em cada dia do Encontro. Este material, no entanto, também não pode ser visto como mero registro das atividades do V Enconasa, sob pena de cair numa superficialidade injusta, diante de tanta riqueza de idéias e relatos do cotidiano de quem resiste e convive com o semi-árido.

Trechos de conferências, intervenções dos participantes, encaminhamentos aprovados, e a Carta do Piauí, contidos neste material, acabam se tornando um importante documento que servirá para orientar as ações da ASA pelos próximos anos e que também pode ser utilizado como fonte de pesquisa para aqueles que futuramente se interessarem em perceber quais as lutas, dificuldades, avanços e perspectivas daqueles que faziam o cotidiano do semi-árido brasileiro.



Objetivos

Geral:

Ampliar e fortalecer o processo de articulação da sociedade civil no semi-árido brasileiro, no sentido de dar continuidade ao processo de construção de políticas de convivência com o semi-árido e do protagonismo dos agricultores e agricultoras familiares.

Específicos:

- Contribuir para a identidade, valorizando as várias expressões individuais e coletivas do semi-árido brasileiro;
- Contribuir no fortalecimento da identidade da ASA e, conseqüentemente, suas lutas;
- Favorecer espaço de aprofundamento sobre os princípios e desafios políticos da ASA;
- Possibilitar intercâmbio entre populares locais e organizações que vivenciam a construção de experiências no semi-árido, com vistas ao fortalecimento do protagonismo dos/as agricultores/as;
- Elaborar elementos que sirvam para a consolidação de diretrizes para políticas públicas de acesso a terra e segurança hídrica no semi-árido;
- Refletir sobre a política de desenvolvimento no país, tendo em vista a construção da política de reforma agrária e de recursos hídricos para o semi-árido.



16/11/04 • TERÇA-FEIRA

Manhã

Credenciamento e montagem da Feira

Tarde

Acolhida;

Mesa de Abertura:

Representações

Coordenação Executiva da ASA; Programa Permanente de Convivência com o Semi-árido, representante do governo do Estado do Piauí; Prefeitura de Teresina; Associação de agricultores e agricultoras do Estado do Piauí; Banco do Nordeste; Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente; SEBRAE/PI; Ministério do Desenvolvimento Social.

Na manhã do primeiro dia de Enconasa aconteceu a recepção das caravanas que chegaram ao Encontro e foi montada a Feira de Intercâmbio.

Na parte da tarde, às 15h20, no auditório do Rio Poty Hotel, Dimas Bezerra (músico, compositor e cantor local) anuncia a apresentação do grupo reisado do Piauí, de mestre Severo, do bairro Primavera, como acolhida aos participantes. Foram apresentados os personagens do Reisado: os Caretas; a Burrinha; o Peão; o Vovô; o Boi estrela; a Ema e o Jaraguai. Na apresentação houve bastante interatividade com o público.

Hidelbrando (cerimonialista- Cáritas Piauí) dá as boas vindas e apresenta um breve histórico da articulação no semi-árido ASA, as entidades que a compõem e o trabalho desenvolvido pela Articulação nos últimos anos. Relatou ainda que o Fórum Piauí congrega hoje 15 entidades e tem como ações prioritárias focadas em três eixos temáticos, a saber: Políticas Públicas; Recursos Hídricos e práticas alternativas para o semiárido. Citou ainda o objetivo geral do VENCONASA: “Ampliar e fortalecer o processo de articulação da sociedade civil no semi-árido brasileiro, no sentido de dar continuidade ao processo de construção de políticas de convivência com o semi-árido e do protagonismo de agricultores e agricultoras familiares”.

A seguir foi apresentado um vídeo institucional com depoimentos de representantes das organizações componentes da ASA, expondo suas experiências: a construção de cisternas, os debates em torno do semi-árido, a revitalização do rio São Francisco e o não à transposição de suas águas; e como a monocultura do eucalipto não contribui para a convivência no semi-árido.



O eixo central do vídeo é a participação da sociedade civil, com a diversidade de experiências contribuindo para o enfrentamento da seca e, sobretudo, a busca pela convivência com o semi-árido.

Mesa de Abertura:

Composta por: Lúcia Araújo coordenadora do Programa Permanente de Convivência com o Semi-árido, representante do governo do estado do Piauí; Paulo Fernandes Fortes Filho Superintendente de Desenvolvimento Rural da Prefeitura de Teresina; Carlos Humberto Campos Coordenação Executiva da ASA; Maria Deusimar Associação de agricultores e agricultoras do estado do Piauí; Getúlio Lopes representante do superintendente do Banco do Nordeste; João Bosco da Sena Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente; João Pinheiro representante do SEBRAE/PI; Luís Anselmo Representante do Ministério do Desenvolvimento Social.

Registradas as presenças das entidades que compõem a ASA, entidades parceiras e de autoridades políticas presentes como a deputada estadual Flora Isabel (PT); deputado estadual João de Deus (PT); Pe. Ladislau Superintendente Regional do INCRA, representantes do INCRA e representantes da CONAB/PI.

Carlos Humberto (coordenação executiva da ASA) declarou aberto o V ENCONASA. A declaração do semi-árido permanece viva. Fez ecoar o grito: “Queremos uma política adequada ao semi-árido”. Ele apresentou os principais aspectos do trabalho da ASA,



de caráter aglutinador, de construção do saber e político; apresentou ainda as ações voltadas às políticas públicas, de acesso a terra, fortalecimento da agricultura familiar, universalização do abastecimento de água para uso doméstico e geração de renda.

Maria Deusimar (Associação de agricultoras e agricultores do Estado do Piauí) que saudou as agricultoras e agricultores presentes e fez seus agradecimentos.

Getúlio Lopes (Representante do superintendente do Banco do Nordeste) justificou a ausência do Superintendente do Banco do Nordeste e relatou o esforço do BNB enquanto “parceiro incansável nessa luta”. Em seu discurso, Lopes afirmou que o BNB é um repassador dos recursos do governo federal e participa com 82% dos financiamentos na agricultura.

João Pinheiro (Representante do SEBRAE/PI) afirmou que jamais poderia ter ficado de fora de um evento como esse, que aglutina pessoas de vários estados, para discutir ações voltadas para a convivência com o semi-árido. Conforme ele, ao longo dos tempos o foco do SEBRAE era o trabalho nas grandes cidades. Ele relatou que atualmente já existem projetos com o propósito de dar continuidade a agricultura familiar, referindo-se ao projeto de 30 hortas comunitárias em 19 municípios piauienses, com a finalidade de desenvolvimento da mão-de-obra feminina, criação de peixes e ovinos e na agricultura familiar, perpassando um total de 252 famílias.

Luís Anselmo (Representante do Ministério do Desenvolvimento Social) relatou sua vivência nessas lutas por uma vida digna e o esforço coletivo de várias organizações que trabalham de Minas Gerais até o Maranhão no trabalho da ASA.

João Bosco Sena (secretaria de recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente) tratou sobre o projeto de combate a desertificação, como esforço conjunto das várias entidades componentes da ASA. Ele convidou as coordenações da ASA e elaborarem planos estaduais e construir conjuntamente o plano de Recursos Hídricos.

Paulo Fernandes Fortes Filho (Superintendente de desenvolvimento rural da prefeitura de Teresina) fez menção à preocupação da prefeitura de Teresina em relação ao uso e gestão dos recursos hídricos, defendendo o processo de municipalização da gestão desses recursos, de forma centralizada, com a formação de comitês de bacias hidrográficas, com representação da sociedade civil e da prefeitura.



Lúcia Araújo (Coordenadora do Programa Permanente de Convivência com o Semi-árido) lembrou de sua participação no IV ENCONASA, também como representante do governo do Estado do Piauí. Ela confirmou a presença do governador do estado, Wellington Dias, no encerramento do V ENCONASA e fez uma homenagem a semana da consciência negra. Saudou a mesa na pessoa de Carlos Humberto, Cáritas Piauí. Em seguida justificou a ausência do governador na abertura.

No entanto, declarou que o governo está em equipe nesta abertura, citando a presença do Sr Adalberto (EMATER), Pe. Ladislau (INCRA) e representantes das secretarias do Estado.

Logo após, a mesa foi liberada para apresentação dos estados e delegações. Carmem Lúcia, atriz, e Machado Junior, músico, foram os responsáveis para coordenar esse momento.

E num clima de muita poesia e música, os estados foram chamados um a um, de forma temática.

O Maranhão apresentou um canto de boi, Alagoas um canto em homenagem ao V ENCONASA e apresentação de música popular local. O Ceará entrou em palco com o canto da mulher rendeira, fez apresentação dos produtos da agricultura familiar e pediu, em seguida, um minuto de silêncio pela morte de um filho de uma das integrantes da delegação que acabou retornando ao Ceará.

A Bahia preparou uma música que apresentasse os municípios e sua realidade. A Paraíba chegou com a tradicional música Paraíba Masculina (cantada em duas versões:

“Paraíba masculina, mulher macho, sim senhor” e “Paraíba feminina, mulher forte, sim senhor”), e finalizou a apresentação declamando um poema e cantando o hino “Ordem e Progresso”, sempre presente no grito dos excluídos e no movimento dos Sem-Terra.

Os representantes do Rio Grande do Norte recitaram um poema. E Minas Gerais apresentou um programa de rádio em forma de rádio-revista. Sergipe cantou a música “Asas da Esperança”, declamou um poema e apresentou uma pequena peça.

O estado do Espírito Santo cantou a música “Tocando em Frente”. E para finalizar, entrou o Piauí com os aspectos de sua cultura local, com personagens lendários como a cabeça-de-cuia, em forma de cordel, com a música popular local “Piauí” e outra em homenagem a Teresina. Na ocasião, várias artistas locais participaram da apresentação.

Ao final, o cerimonial convidou os presentes a participarem da feira de intercâmbio que foi coordenada pelo estado da Paraíba e informou de reuniões após o jantar com as Unidades Gestoras Micro-Regionais, com o representante do Ministério do desenvolvimento Social e demais equipes que trabalham no VENCONASA.

Na parte da noite, às 19h e 15min, aconteceu o jantar com a apresentação do coral de vaqueiros do município de União, estado do Piauí. E a festa continuou ao som de muito forró na noite cultural, encerrando a programação do primeiro dia de evento.



17/11/04 • QUARTA-FEIRA

Manhã

As atividades do segundo dia do Encontro começaram às 9h com a TV Enconasa, vídeo de 10 minutos apresentando o resumo das atividades do dia anterior, em especial a chegada das caravanas, solenidade de abertura do Enconasa e Abertura da Feira.

Em seguida, Dimas Bezerra (músico local e cerimonial cultural) anunciou o grupo GAT (Grupo Alternativo de Teatro), que trouxe a peça teatral “O semi-árido tem jeito, sim senhor”. A peça mostrou a realidade da família que sofre com a seca e como o poder do latifúndio, e a mesma família, no futuro, após conseguir seu pedaço de terra e participando dos projetos da ASA. Na sonoplastia, músicas de Gilberto Gil, Luís Gonzaga e dos teresinenses Dimas Bezerra, Chagas Vale e Erisvaldo Borges.

O grupo GAT, dirigido por Norma Suely, trabalha o teatro na perspectiva de denúncia dos problemas que assolam a sociedade, em cooperação com entidades como a União das Mulheres Piauienses (UMP), Cáritas-Piauí, Sindicato dos Comerciantes, Federação das

Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC) e outras. O elenco é composto por Leny Silva, Norma Suely, Gislene Moura, Artelene, Ingrid Bello, Kátia Katita, Odete Silva, Jô Farias, Petra Bill e Ana Raquel. O painel de fundo é foi do artista plástico piauiense Jandaia.

Logo após a apresentação do GAT, a mesa foi composta sob a coordenação de José Aldo (Centro Sabiá - PE), Rubem Siqueira (CPT- BA), Roberto Malvezzi (Gogó) e Antônio Bispo dos Santos (Agricultor PI) . Registra-se a ausência do Ministro Miguel Rosetto, que havia confirmado presença na Conferência Magna do V Enconasa. O público presente vaiou a falta do ministro.

Conferência Magna

A conferência magna do V Enconasa teve José Aldo (Centro Sabiá PE) como mediador. Ele fez questão de colocar um pouco do contexto da ASA sobre o tema Democratizando a terra e a água no semi-árido brasileiro. Segundo ele, “na construção da temática do VENCONASA sempre foi muito pautado o debate sobre terra e água”, tendo em vista que “a democratização da terra se torna base de construção de nosso o projeto de desenvolvimento sustentável”.

De acordo com José Aldo, “a ASA, entendendo de suas diversas dimensões de um conjunto de experiências desenvolvidas pelos experimentadores/as, de um novo modelo de semi-árido, tem estimulado o debate mais profundo sobre a reforma agrária”. Para ele, a ASA tem um grande desafio: “como a ASA vai potencializar e mobilizar, como ela vai se formar, vai se construir para o processo de debate da democratização da água e da terra?”

José Aldo lamentou a ausência do representante do governo no debate, mas ressaltou que os componentes da mesa estavam aptos para aprofundar a discussão em torno do tema. Ele agradeceu a participação de Rubens Siqueira (CPT-BA) que, de última hora, foi chamado para participar da discussão em substituição ao ministro. Rubens Siqueira falou sobre o tema central da conferência. Roberto Malvezzi, o Gogó (CPT-BA), falou sobre Sustentabilidade Hídrica no Semi-Árido e Antônio Bispo dos Santos (Agricultor PI) discorreu sobre Reforma Agrária e Cidadania A participação ativa dos/as trabalhadores/as rurais. A seguir, transcrevemos trechos das falas dos conferencistas e do debate que ocorreu logo em seguida.

Rubens Siqueira

Temos o maior semi-árido, o mais populoso do mundo, mas também e Deus sabe fazer as coisas - o mais chuvoso. Quer dizer, aquele que reúne condições de mostrar a possibilidade de vencer os desafios naturais, mostrar que é possível construir uma vida com dignidade em qualquer situação. Acho que é o exemplo que o nordeste poder dar ao Brasil, a América Latina e ao mundo.

É bom agente estar aqui para compartilhar da experiência, da reflexão que estamos fazendo na CPT e nos movimentos. Eu estava me perguntando sobre o porquê desse tema. A gente tinha certeza que mais cedo ou mais tarde a ASA teria que se deparar com ele. E já não era sem tempo. A ASA acaba sendo identificada com água, com cisterna, com P1MC, e a nossa pretensão é muito mais. É claro que a água é decisiva, até porque o discurso sobre o

semi-árido, sobre o nordeste tomando por base a seca, o déficit hídrico que possa ocorrer aqui e ali, e que é minoritário no nordeste.

“Reforma agrária além de uma política de assentamentos rurais”. Este tema pode ser abordado por dois ângulos. Um dos ângulos é o seguinte: nós já temos assentamentos suficientes, a terra possível de ser distribuída já foi, então trata-se agora de olhar a Reforma agrária além da terra já conquistada e distribuída. Quero crer que não é esse o ângulo que a ASA propõe discutir o assunto. Digo isso por que cresce no Brasil os que produzem este tipo de visão: “Nós perdemos o momento da reforma agrária e hoje ela não tem mais sentido”.

SEMI-ÁRIDA
TERRA
AGRICULTURA
REFORMA
AGUDA
BRASILEIRO
FORTINA
BERTÃO
ATINGE

O segundo ângulo, que eu acho que é o nosso: Não se pode pensar reforma agrária apenas como assentamento de famílias. Além do acesso a terra tem uma série de outros fatores de políticas de ação pública, para que a reforma agrária produza os efeitos esperados como ocorreu historicamente nos países que se desenvolveram.

Historicamente, a Reforma Agrária no Brasil tem sido principalmente, os números mostram isso, colonização. No governo Fernando Henrique, que foi o governo que disse que pretendeu modernizar as relações sociais no Brasil e no governo Lula que pretendeu, pelo menos a trajetória do PT até boa parte do tempo foi nessa direção, de levar ao socialismo, e a socialização dos meios de produção o Incra continua sendo o Incra, da Colonização, bem antes que a Reforma Agrária.

Se formos olhar os números, Fernando Henrique em oito anos fez mais em acesso a Terra não estou falando em Reforma Agrária - do que qualquer outro na história. O governo Lula vai na mesma direção.

Se a gente for olhar, o grosso das terras distribuídas está na Amazônia, e se tratam de terras públicas nas quais foram assentados colonos.

Quando se vê os números da Reforma Agrária você não distingue o que foi desapropriação do latifúndio e o que foi assentamento em terra pública e devoluta. Como tudo hoje é marketing, trata-se muito mais do parecer do que ser.

Temos que continuar insistindo numa visão mais histórica de reforma agrária a despeito de todos aqueles que dizem que ela já passou da hora, porque temos um quadro fundiário, uma estrutura extremamente concentradora e concentracionista. A despeito de todo o assentamento feito no governo Fernando Henrique ou já antes na Nova República, talvez o último grande momento eu não acho que o governo Lula é um grande momento da reforma agrária no Brasil a nova república foi. E foi um fiasco em termos de resultados concretos.

Os números mostram que não produziram uma democratização, mas levaram a uma concentração da terra. Terra agregada ao latifúndio. Isso nos leva ao desafio permanente da reforma agrária no Brasil.

O folder do P1+2 tem os números que ainda são atuais sobre a estrutura fundiária no semi-árido brasileiro. Infelizmente os últimos números são do censo agropecuário de 95/96, o cadastro do Incra é mais atualizado, mas é mais complicado porque é autodeclaratório e, por isso, pouco confiável.

O último censo de 96 mostra que só nos 900 mil km² do semi-árido, cerca de 2 milhões são de estabelecimentos familiares. Não familiares não passam de 300 mil estabelecimentos. Os 2 milhões correspondem a 42% do número total de unidades agrícolas do país. Ou seja, a maior concentração dos agricultores familiares do Brasil estão no semi-árido, e estão ocupando apenas 4,2% do total da área agrícola do país. A esmagadora maioria destes tem menos de 10 hectares de terra. Se já é difícil viver no semi-árido com 100 hectares, imagine com 10 hectares. Continua aquela história que o problema não é a seca é a cerca, pois até pra buscar água é preciso ter terra. Para aproveitar água de subsolo, de superfície e de chuva é preciso ter terra. É claro que o tamanho da terra necessária para uma unidade familiar no semi-árido é diferente de acordo com a situação concreta, por isso os números variam.

Os números da concentração e reconcentração da terra nos coloca em pé pela reforma agrária. Os que são contra a reforma agrária apresentam vários argumentos, como:

A sociedade brasileira é predominantemente urbana e industrial, apenas 22% da população vivem no meio rural, e correspondem a menos de 10% do PIB;

- A agricultura brasileira passou por profundas transformações e seus problemas nada têm a ver com os problemas da agricultura no passado;
- Agricultura familiar continua em expansão, expansão esta que não depende do aumento da quantidade de terra cultivada e sim de aplicação de capital e tecnologia;

A agricultura brasileira é a que mais incorpora tecnologia no mundo. No Centro Oeste, incorpora mais tecnologia do que a agricultura norte-americana. O agronegócio vem de uma vez por todas jogar uma pá de cal na reforma agrária.

- A agricultura moderna não requer muitos trabalhadores, e com conseqüência não faz sentido pensar no campo uma população para manter a produção eficiente e eficaz.
- A agricultura brasileira tem atendido ao mercado interno, não há crise do mercado interno no Brasil;

É engraçado que tem números que mostram que poderíamos ser auto-suficientes ou caminhar para isso. O trigo é um exemplo disso. Mas quando FHC saiu, o Brasil só produzia 5% do que consumia.

- A agricultura Brasileira tem mostrado uma extraordinária agilidade para responder aos estímulos à produção;
- O Brasil de fato ainda apresenta grandes problemas sociais, mas a origem destes problemas é o baixo nível de renda;
- Não há razão para Reforma Agrária porque estamos com agricultura com alto grau de competência que aumenta a produção.

Em contraposição a isso, temos argumentos para dizer que a reforma agrária ainda é necessária:

- A maioria dos indicadores sociais, esperança de vida ao nascer, condições de saúde, educação, habitação, moradia e transporte é pior no campo do que na cidade;
- os indicadores sociais mostram que a pobreza é muito maior no campo do que na cidade.
- A propriedade da terra continua extremamente concentrada no Brasil, 0.84 o índice de GINI, que é o que mede, quanto mais perto de 1, maior a concentração de terra. Sabe quanto é no semi-árido? É a maior concentração de terra do Brasil, 0.87, três dígitos a mais do que a concentração de terra no Brasil. Se essa terra fosse tão ruim, porque tanto fazendeiro quer terra?

- Diversas pesquisas demonstram uma estrita correlação entre os índices de concentração de terra e renda e entre esses e o poder político, concentração de poder político. É o que o coronel moringa demonstrou aqui, vocês vão votar em quem? Tem água e tem terra conforme vocês definem o voto.
- Ainda que a população rural seja ainda 22%, o que é contestado, nós usamos para definir o que é rural ou urbano, critérios que são distorcidos da realidade, existem os estudos do professor Heli da Veiga que demonstram isso, se a gente for trabalhar com o que se usa na Europa, o conceito de densidade populacional, nós vamos ver que estamos em termos de 30% a 40% da população que ainda se pode dizer rural. A maioria dos nossos municípios são municípios de base rural, as pessoas moram na cidade, mas dependem do que fazem na roça para sobreviver. Os distritos são considerados zona urbana, tudo isso de forma interesseira, para mostrar uma direção no processo de desenvolvimento brasileiro, que foi na concentração urbana e industrial. Em torno de quase 60% da população brasileira, vive em 9 cidades. Isso foi induzido, foi levado a acontecer, o esvaziamento do campo pra concentrar na cidade. Pra mim, esse foi o fator decisivo, contrário à reforma agrária, historicamente, no Brasil, e na contraface, no outro lado da moeda, o fator pelo qual nós ainda temos que continuar lutando pela reforma agrária. Porque que não se fez reforma agrária no Brasil modernamente, no século passado, no século da industrialização, da modernização, mais intenso processo de industrialização que o mundo já viveu? Foi o que se viveu no Brasil entre 30 e 80, em cinquenta anos nós passamos de,

totalmente, rural e agrícola para quase, totalmente, urbano e industrial. Isso é estudado nas principais universidades do mundo, o que acontece aqui. Pra quê? Porque se conseguiu criar o que é chamado de exército nacional de reserva, que quer dizer, você tem uma população em idade ativa sobrando, com isso você baixa os custos do trabalho e eleva a renda do capital. Porque que não se faz a reforma agrária no Brasil? Pro trabalho e a renda da cidade cair, pra manter o poder político como é e pra ocupar o espaço agrícola no grande negócio, no agronegócio. Essa é que é a mágica das elites brasileiras, se você for olhar a história, ela sempre conseguiu não partilhar o poder. Talvez seja uma das elites mais anti-povo que exista no mundo. Gonzaga cantou que o coronel não existe mais, mas ele só mudou a espada e a chibata pelo rádio e pela TV. Diga-se de passagem, por isso é importante o que se faz aqui, nós estamos trabalhando cultura e comunicação, não estamos trabalhando só terra e água, estamos trabalhando a alma das pessoas, o pensamento, a mentalidade social, isso é que é revolução. Se agente não souber usar esses instrumentos, eles usam muito bem. Antônio Carlos Magalhães controla 120 rádios na Bahia, conseguiu montar isso quando foi ministro das comunicações na ditadura. É por aí que continua o mesmo esquema que impossibilita que agente faça esse avanço real.

- A experiência internacional demonstra que existe uma correlação entre reforma agrária e redistribuição da renda e do poder político. Aqueles países que fizeram a experiência de redistribuir terra e renda, também redistribuíram poder político. Aqui, diga-se de passagem, se não existir outra saída pro governo Lula, a não ser,

se aliar com quem tá se aliando, é porque não conseguiu ter o povo. Um movimento social extraordinário, também, estudo por sociólogos no mundo inteiro como um dos principais, o MST é um dos movimentos mais extraordinários da história recente do mundo, e nem assim agente consegue fazer reforma agrária. A correlação de forças no Brasil sempre foi desigual para os pobres, por mais que os pobres se organizem, mudem a mentalidade e avancem, continuam reféns do poder, do monopólio concentrador das elites desse país. É um desafio que continua permanentemente, reforma agrária não é só econômica, no Brasil ela é, sobretudo, política. Ainda que as razões econômicas fossem cessadas, nós ainda continuaríamos com a necessidade de distribuir o poder, o acesso as coisas, à vida, às mínimas condições de dignidade. Então sobram razões pra gente continuar lutando pela reforma agrária.

- O atual modelo predominante da agricultura acentua cada vez mais essa dicotomia entre o moderno e o atrasado, que tem acarretado no desaparecimento de centenas de milhares de pequenas unidades produtoras, pois os responsáveis, juntamente com as suas famílias são obrigados a migrar pra as áreas urbanas, acarretando cada vez mais problemas urbanos. Como diz o Plínio de Arruda Sampaio, “hoje no Brasil não se pode pensar em reforma agrária sem pensar em reforma urbana”, não ter feito a reforma agrária criou um problema urbano sem tamanho (...).
- A manutenção e a criação de empregos na agricultura é muito mais barato do que em outros setores da economia. O assentamento de uma família fica em torno de 15 a 20

mil reais. O emprego urbano varia de cinco a sete vezes mais do que é possível criar um emprego no campo através da reforma agrária. Esse é o grande problema hoje de países como o Brasil, que abriram completamente a sua economia pro processo de mundialização, sem salvaguardas, sem fazer reservas em nome do desenvolvimento social, em nome do bem estar do seu povo. Entregou completamente todas as estatais, as grandes fronteiras agrícolas (...), o professor Ariovaldo, que devia estar aqui e não veio, disse que se o Brasil disser amanhã: “Nós não vamos exportar mais ferro”, metade da economia industrial do mundo para. E isso não é aquela mania de grandeza que nós brasileiros temos, é a realidade, e agente não usa isso. De novo apareceu a Amazônia separada do Brasil nos EUA, isso é sério! Se por qualquer coisa eles invadem (petróleo, gás) o Afeganistão e o Iraque, porque que amanha não vão invadir a Amazônia? Por causa não só da biodiversidade, mas também do subsolo, metais que agente nem sabe, nem conhece.

- Aqueles que defendem a reforma agrária dizem que o problema da agricultura não é de eficiência ou de produção, que é o argumento do outro lado. Muito mais difícil é o problema do acesso a produção. Você tem gente no Brasil querendo produzir, o problema não é absorver a tecnologia dos transgênicos para aumentar a produção, e sim mais gente para produzir. Essas tecnologias são excludentes completamente.

Política agrícola diferenciada e eficaz é coisa, também, que nós não temos depois do assentamento, depois que a família tá na terra. O crédito é uma burocracia, sai atrasado, passa



a hora de plantar, então isso é querer inviabilizar, acho até que é intenção. A assistência técnica no Brasil é feita pelas EMATER, vocês estão satisfeitos? Acesso a tecnologias apropriadas, isso é uma “revolução”, você ter que mudar a mentalidade, as culturas e o modo de plantar, o tipo de cultura a se fazer. No semi-árido então, é a revolução que nós estamos querendo fazer. Garantia de preço, o Brasil abriu mão desse instrumento de política agrícola, estoques reguladores, preços mínimos... O governo Lula tá tentando recuperar alguma coisa, mas o que o neoliberalismo já fez é irrecuperável. Acesso a mercado, principalmente mercado local, mercado interno, nós somos competentes para produzir pra fora também, mas nós temos muita boca pra dar de comer aqui. Por fim, organização, articulação e mobilização popular. Se nós não ganharmos a cidade, nós não vamos fazer reforma agrária. Porque agente já viu a relação que tem entre as duas coisas, só que o povo da cidade vê agente como atrasado. Criou-se no Brasil, e a Rede Globo ajuda muito com esses falsos sotaques nordestinos das novelas das oito, essa mentalidade de “ah, coitadinhos”, não se tem o respeito pelo homem do campo, assim como na Europa, Japão, Ásia, pois este produz o que há de mais importante, que é a comida. No Brasil agente acabou com isso, se é que um dia já teve. É uma luta inglória, mas nós estamos na luta e agente não arreda, vamos até a vitória final. Obrigado!

Roberto Malvezzi, -Sustentabilidade hídrica no semi-árido.

Agente sabe, que nós estamos aqui fazendo um pouco a pavimentação, o fundo, para nossos debates, encaminhamentos e oficinas, e eu prossigo um pouco nessa linha, da gente ir

colocando o chão, coisas que nós já estamos debatendo, que já conhecemos. Não temos grandes novidades a acrescentar aqui. Mas vamos preparando esse terreno para nossos debates, pra nós todos que estamos envolvidos com essas lutas. Quando agente fala no semi-árido brasileiro, e é o que nós estamos fazendo aqui, a reforma agrária no semi-árido brasileiro, democratizar a terra e água. Esse é o mote dessa mesa da manhã.

Acho que vale a pena lembrar, rapidamente, qual a região que nós estamos, o que é esse semi-árido brasileiro? Nós estamos no Piauí, eu não sei aqui quem já teve a graça de conhecer o parque nacional da serra da capivara? Quem já teve levante a mão, por favor! É, relativamente, é um numero razoável. O que você tem aqui no sul do Piauí, no parque nacional da serra da capivara? Um sítio arqueológico datado de pelo menos 17 mil anos atrás, embora a arqueóloga que cuida do sitio da serra da capivara, sustente a tese que ela encontrou um resto de fogueira, que pra ela é um resto de fogueira humana, que ao passar no teste do carbono 14, data de 49 mil anos atrás. Então, isso leve a um debate internacional, pois mudaria toda a teoria sobre a chegada dos homens nas Américas. E como os cientistas internacionais não admitem a mudança da teoria da chegada do homem nas Américas. Ela teria que provar que aquele resto de fogueira foi deixado por homens. Se você for ao museu do homem americano, que tem uma projeção do passado, você vai entender um pouco melhor como que se formou aquilo que hoje é o semi-árido brasileiro. Há trezentos milhões de anos, mais ou menos, isso aqui tudo era fundo de mar. Até dez mil anos atrás, isso tudo, segundo cientistas, era uma grande floresta tropical, tão grande quanto à amazônica, povoada por bichos enormes, aves, tigres dente de sabre, preguiças gigantes.

Há dez mil anos atrás teve uma mudança climática no planeta, e aquilo que era floresta tropical se transformou no que é hoje, o semi-árido brasileiro, com essa caatinga que tem aí e essa cobertura vegetal. Os grandes animais não resistiram e se acabaram, sobrando apenas os pequenos animais. Para vocês terem uma idéia, o bioma mais antigo brasileiro,



dizem que é o cerrado, que tem mais ou menos dois milhões de anos. Nós vivemos numa região que é assim, um dado da natureza. Quem nasceu aqui no sertão, já nasceu com ele dessa forma, e tem aquilo tudo que nós conhecemos, uma pluviosidade boa, de 250mm até 800mm. Aliás, o Brasil é o único país do mundo, que devido suas dimensões continentais, chove em todo o seu território. Bom, estamos nessa região brasileira, que tem a sua pluviosidade, mas que tem um subsolo, na sua grande parte cristalino, que a água bate e não penetra. Por isso, no semi-árido brasileiro não tem rios perenes. O grande rio do nordeste

brasileiro é o rio São Francisco, isso porque, ele nasce em minas. Você tem também o Parnaíba, mas ele já nasce numa região diferente do semi-árido, que é uma região sedimentar. Aliás, o Piauí é o estado mais rico em água do nordeste brasileiro e um dos mais ricos do Brasil, embora 50% do território piauiense estejam no semi-árido, não quer dizer que o povo tenha acesso a essa água, não quer dizer que essa água esteja distribuída, mas a água existe. Esse é o detalhe que se tem que levar em consideração. O que se faz com essa água é outra história, mas que ela existe, existe. Bom, nós estamos nessa região, então o semi-árido brasileiro é essa região, essa caatinga, com esse nível de pluviosidade, sem grandes águas de subsolo, água quando dá é salgada. Mas o semi-árido não é só isso, não é só o seu clima, não é só a sua vegetação, o semi-árido é o seu povo, a segunda questão fundamental, como é que se forma o povo que vive no semi-árido hoje em dia. Quando os portugueses chegaram, falaram que aqui já tinha os índios. O vale do São Francisco era todo povoado por índios, mas agente sabe também que na região do Ceará, na região do Cariri, além do litoral, dentro do sertão, nós sabemos que as tribos indígenas estavam aí. Dizem que no vale do São Francisco foram dizimadas de tal forma, que nem a memória histórica ficou. Mas você tinha os índios habitando essa região, chegam os “brancos”, os portugueses, há 500 anos atrás. Qual que foi o jeito de ocupar o sertão? Nós sabemos, principalmente através das fazendas de gado. Então, pelo vale do São Francisco, através das sesmarias, principalmente a família dos Dias Dávila, numa sesmaria de 700km que ia de Salvador e chegava a Juazeiro, Petrolina. Vocês imaginam o tamanho disso! Elas foram criando os currais de gado ao longo do São Francisco e colocavam uma casa, um casal de escravos e o

gado. Cercavam a casa, a rocinha de subsistência e o gado era criado solto. Pelo São Francisco, o gado atravessou pro vale do Parnaíba, lá em cima, sobretudo de Remanso, onde a distancia não é tão longe, e através do Parnaíba penetrou no Maranhão, através dos rios do Maranhão que deságuam no Parnaíba, como Balsas, por exemplo. Com o cruzamento dos índios, dos negros e dos poucos Brancos, você tem a matriz étnica da população sertaneja. Que você pode olhar no rosto de cada um aqui, que é nordestino, nascido aqui, e vê a fisionomia das pessoas, como realmente tem a diferença nos traços. Junto com esse povo se forma uma cultura, uma cultura forte, que é a cultura da festa, do trabalho, baseada no religioso. Você não tem como explicar a permanência desse povo no sertão sem a cultura da festa. Não na concepção de que o povo não trabalha, o povo trabalha! Só que quando o povo quer parar três dias pra fazer festa, para três dias e vai fazer festa, quando tem essa autonomia pra fazer isso. Por isso que quando se pergunta qual é a pior coisa em São Paulo, diz: é bater cartão. Perdeu a manobra do tempo dele. Aqui no sertão ele manobra o tempo do jeito que ele quer, trabalha do jeito que ele quer, se um dia ele quiser parar ele para, pra uma festa, pra uma romaria, ele vai pra onde ele quer. Mas, se ele não é mais dono do tempo dele, ele já não tem mais o espaço de manobra do seu tempo. E o povo, ao ir construindo essa historia, foi ficando na rebarba dos coronéis com suas fazendas, concentrando a terra e concentrando a água. Essas coisas são indissociáveis no sertão, e o povo fez as suas rebeliões no semi-árido brasileiro, que nós conhecemos. Todas as revoltas e organizações populares para se rebelar contra o domínio da terra e o controle da água. A figura fundamental disso é Ibiapina, um cearense que foi delegado, foi



deputado, foi juiz. Aos cinquenta anos virou padre e saiu missionando pela região do Cariri. Ibiapina, cada casa de caridade que ele construía, ele construía uma cisterna. Isso há cinquenta anos atrás. E quem convivia com Ibiapina ainda jovem, pedindo esmola pra fazer igreja e outras coisas, era Antônio Conselheiro. Antônio Conselheiro aprende com Ibiapina a fazer esse tipo de coisa, depois eles se separam. Conselheiro sai por baixo, pelo vale do São Francisco e Ibiapina fica na região do Ceará. Conselheiro começa a andar até chegar em Canudos. Porque que ele para em Canudos? Porque veio a abolição da escravidão em 1888, o povo não tinha pra onde ir e começou a procurar esses homens, se reunindo em torno dessas figuras. Lá em Canudos, você tinha negros, índios e essa população que fugia dos coronéis e encontrava um espaço. E porque que Conselheiro parou lá naquela região? Porque ali você tinha o rio, hoje açude. Lá a terra era fértil, ele buscou um lugar onde você podia ter a terra e a água. Ao mesmo tempo em que ele está fazendo isso, chega padre Cícero na região do Ceará. Ibiapina já velho morre, e grande parte do pessoal que trabalhava com Ibiapina, passa a trabalhar com padre Cícero e as multidões começam a procurar padre Cícero também. Todos ficavam em torno de Juazeiro sem saber o que fazer, padre Cícero chamou um alagoano, um negro alforriado, chamado Zé Lourenço, e falou: dê um jeito nessa multidão que tá aí, o que agente vai fazer com esse povo todo? Então, Zé Lourenço vai e cria a comunidade de Caldeirão, onde tinha também, uma quantidade enorme de famílias. De Caldeirão sai um grupo e vai pra Pau de Colher, Casa Nova Bahia. Lá foi destruído também. Quando vem toda a destruição dessas revoltas populares, revoltas não, o povo buscando um lugar de vida, destrói Canudos, destrói Caldeirão, destrói Pau de Colher.



Pau de Colher foi dizimada pela polícia que caçava Lampião, polícia volante de Pernambuco. É toda uma história de busca de terra e de água. Depois vieram então, as ligas camponesas, e na linhagem do estado veio o DNOCS com as obras da seca, para combater a seca. Que na concepção da elite, veio a indústria da seca. É você pegar o dinheiro pra fazer as grandes obras hídricas, mas o povo nordestino, a sua grande parte, fica de fora de qualquer política de terra e de qualquer política de água. Durante 500 anos a única política de abastecimento de água feita para atender o povo, da população difusa do semi-árido brasileiro, é essa política que nós fazemos na ASA. Não existe uma única política governamental de tentar resolver pelo menos o problema da água potável dessa região. Você tem a omissão governamental total, e é em todos os níveis, municipal, estadual e federal. E se você for colocar hoje em dia, a política que se tem é a nossa. A política de propostas da sociedade civil.

Bom, nós chegamos numa época diferente, uma época de que agente tem compreensão diferente de realidade. E qual que é a compreensão que agente tem? Nós fomos vendo esse clima, nós fomos vendo esse povo, nós fomos vendo essa história, como ela se constrói política, socialmente. Nós fomos vendo como que há o confronto aqui dentro, entre as elites e o povo, como que o povo é usado e manipulado. Você cria toda uma cultura que registra isso, mas registra a seu modo. Eles não tinham aquilo que nós estamos criando, que é a concepção da convivência com o semi-árido. A concepção de convivência com o semi-árido não vem das esferas governamentais, não vem do mundo acadêmico, não vem do mundo intelectual. Essa concepção de convivência com o semi-árido vem do povo e de quem tá

trabalhando com o povo, não vem das elites. E esse é um embate político que nós estamos tendo no momento, porque a classe política e até mesmo as corporações técnicas entendem que tem um elemento novo que não passa por eles, que não depende tanto deles e eles estão incomodados, e agente percebe esse incomodo, nos próprios debates como agente tá tendo

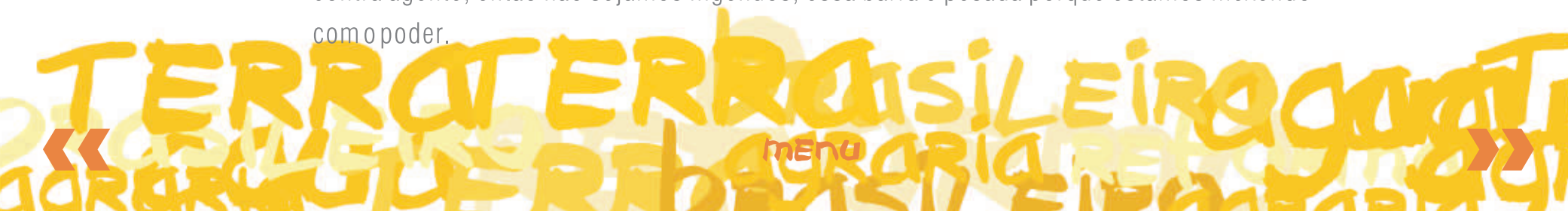
TERROTIERRA BRASILEIRA

agora. Por exemplo, agente já percebeu que a questão das cisternas no entendimento do governo é um problema pra transposição do São Francisco. Então, agora o discurso é: uma obra não colide com a outra, vamos fazer a transposição do São Francisco e vamos fazer o projeto um milhão de cisternas, que é só pra dizer a que nível a coisa está se dando. Então, você tem essa concepção nova que agente construiu. Agente tem a terra no nível que vocês viram, dois milhões de famílias de pequenos agricultores, significa que nós precisamos no mínimo de dois milhões de cisternas. Um milhão pra nós é um numero simbólico, não é o

numero total, e se você entrar com a captação de água de chuva para a produção, você precisa atender no mínimo esses dois milhões de pequenos agricultores. Que tem anteriormente o problema da terra, que não é uma luta fácil, ninguém aqui á se iludindo com isso. Nós não temos todas as soluções, não temos todo o poder, mas nós estamos criando uma cunha nessa concepção de semi-árido que tava aí, de região inviável. E nós criamos uma cunha que incomoda. Uma cisterna de captação de água voltada para a produção, com a capacidade de 21 mil litros de água, dá para trabalhar em dez canteiros, por cinco a seis meses. 60 metros quadrados não é nada. Multiplique 60 metros quadrados por dois milhões de famílias e você tem 12 mil hectares irrigados por água de chuva. Nós estamos em um novo momento, que é um momento positivo. Vai depender da nossa capacidade de articulação, da nossa capacidade de difusão desse conhecimento, da nossa capacidade de colocar isso pra opinião publica, de colocar isso como desafio para os governos. E acho que vai depender da nossa generosidade. Você construir um projeto de transformação do semi-árido brasileiro dessa forma, exige que cada um que esteja aqui, cada entidade que esteja aqui, coloque o povo com o qual agente trabalha, acima das questões mais pessoais nossas, das nossas disputas, das nossas vaidades, da afirmação da gente mesmo em vista de algo maior. Se nós formos capazes de fazer isso, e termos paciência, uma paciência histórica, que operacionaliza, que age, nós vamos fazer a revolução cultural do semi-árido brasileiro. Tem água no semi-árido brasileiro? Tem água no semi-árido sim, já nos próprios açudes. Pernambuco é o estado brasileiro com menor disponibilidade de água por pessoa. Mesmo assim, se você adota o padrão da ONU e não do Banco Mundial de classificação das águas, a ONU coloca que só há stress de água, abaixo de 1000 metros cúbicos de água por

peessoa por ano. Então Pernambuco, que é o estado mais pobre de água do Brasil, tem ainda 270 metros cúbicos acima do nível de stress adotado pela ONU. Se você adota o padrão adotado pelo Banco Mundial, que coloca o stress de água abaixo de 2000 metros cúbicos, aí não dá, porque o consumo de água dos EUA é insustentável. O Ciro Gomes está lidando com o padrão do Banco Mundial, quando ele fala em escassez de água do semi-árido, é porque ele adota esse padrão dos EUA, por isso a questão da transposição São Francisco. O Piauí é o estado mais rico de água do nordeste brasileiro, tem quase 10.000 metros cúbicos por pessoa por ano. É de se perguntar o que é feito com toda essa água do Piauí. O problema não é a água, e se o problema não é a água, tem que ver com o povo como ter acesso a essa água. Nós estamos propondo esse aproveitamento de água de chuva casa a casa, família a família, propriedade a propriedade já distribuída na cisterna de captação pra consumo humano e na cisterna na água de chuva pra produção através dos barreiros, das barragens subterrâneas e das diversas tecnologias.

Bom, pra finalizar então, é o seguinte: o sertão é perfeitamente viável, do ponto de vista técnico, do ponto de vista ambiental, do ponto de vista cultural, o nosso povo gosta do sertão. Essa idéia de que o povo tem dificuldade de viver aqui, não é verdade. Tanto é que a população rural permanece alta, outras regiões se esvaziam, mas aqui tá sempre cheio de gente, por que o povo gosta da cultura sertaneja. Nós temos uma dominação política histórica, que joga contra agente, então não sejamos ingênuos, essa barra é pesada porque estamos mexendo com o poder.



Antônio Bispo dos Santos Reforma Agrária e Cidadania.

Bom dia, eu gostaria de pedir permissão pra fazer a leitura de um artigo que está de aniversário nesse ano. Eu escrevi em 1994. O título do artigo é: Latifúndio, inimigo número um.

A economia rural do Piauí sofre de mazelas crônicas, produtoras e reprodutoras de miséria, responsável direta pela elevação de nosso estado para o mais alto nível de indigência do país. O pior é que todas as discussões vencidas a esse respeito atingem mais o conjuntural que o estrutural. Tanto é verdade que a opinião que predomina na nossa sociedade é que o problema do Piauí são as secas constantes que castigam a região. Esse discurso só é alimentado pelos políticos atrasados e mercenários que administram nosso estado e tem desviado a atenção da sociedade para a superficialidade dos fatos, a ponto de muitas pessoas acreditarem que apenas o inverno é a solução. Daí passa-se em vão, a confrontar com a natureza, como se fosse possível transformá-la totalmente. E tome promessa com padre Cícero Romão Batista, Santa Cruz dos Milagres e outras figuras pseudo-milagrosas que servem apenas para alienar o nosso povo e retardar a capacidade psicológica de assimilar as verdadeiras informações. Por tanto quero convidar as vítimas da seca a fazerem a seguinte reflexão: se o Piauí tem microrregiões que sempre foram castigadas pela estiagem, exemplo: microrregião fronteirística de São Miguel do Tapuio à Cristalândia do Piauí e microrregiões onde nunca faltou inverno, exemplo: serrados de Uruçuí a Santa Filomena, e a miséria é igual em todo o

estado, logo a culpa não é da estiagem. Por isso, em considerarmos que problemas comuns podem ter causas comuns e que é comum em todo o estado do Piauí, é a estrutura fundiária marcada pela concentração absurda de terra, não resta dúvida que o latifúndio é o maior produtor de miséria que extermina nossa sociedade. Por isso é nosso inimigo numero um. Quem não concordar, me responda então. Esses dados são de 1994, por que no nordeste mesmo não existindo políticas agrícolas adequadas, os estabelecimentos de até 100 hectares, empregam 84,41% do pessoal ocupados na agricultura, em quanto que os demais com mais de 100 hectares empregam apenas 2,6%, e porque que os estabelecimentos de até 100 hectares produzem 81,1% do feijão, 82,5 do arroz, 79,9% do milho e 88,9 da mandioca, em quanto que os de mais de 100 hectares produzem 2,2%, 6,8%, 2,8% e 1,1 respectivamente. Ou então se você não puder discordar disso, concorde que a pequena produção é a solução, a reforma agrária é uma necessidade inadiável e as vias de acesso determinam os meios, e por isso a sociedade vai descobrir e usar os meios necessários para implementá-la. A terra explorada produz riquezas, a terra ociosa produz miséria, o homem que não tem acesso a terra não tem acesso a vida, vale ressaltar que a terra é um patrimônio universal, portanto privatizá-la é um atentado a vida. O acesso a terra deve ser através de concessão de uso ao usuário. Ao mudar de atividade só deverá vender as benfeitorias, evitando que a terra seja objeto de venda e favoreça a especulação. Assim estaremos atacando o latifúndio na sua essência. Não se esqueçamos porem que os latifundiários se utilizam dos mais violentos meios que se possa imaginar. Para defender seus interesses expurgos, alem de contar com o apoio da maioria dos políticos que estão no poder, possuem verdadeiras milícias armadas, contam com a cumplicidade de alguns policiais que não

passam de pobres mal pagos para bater em outros pobres e assim passam ilesos por um judiciário arcaico e inoperante, incapaz de compreender a diferença entre o capital, o social e o humano.

A gente quer dizer, que vai tentar fazer uma abordagem sobre a nossa relação enquanto assentados de reforma agrária, a nossa relação com os instrumentos de mobilização e com a pauta nacional a respeito da reforma agrária. Nós fomos diretor de um sindicato de 89 a 93, refizemos uma luta de terra pela posse histórica, fomos diretor da FETAG do Piauí de 93 a 98, onde tivemos a felicidade de coordenar três ocupações de terra, além de coordenar várias lutas por posse histórica e várias lutas na disputa pela cobertura do babaçual. Em 98 nós renunciamos ao cargo de diretor da FETAG e fomos para um assentamento porque nós estávamos numa contradição muito forte, que é discutir reforma agrária para os outros, porque eu sou formado em agricultura familiar de subsistência, então eu estava mais no campo teórico do que na vivência concreta. O que nós encontramos na condição de assentados? Primeiro eu tive que trocar os meus referenciais teóricos e históricos, Quilombo de Palmares, até hoje, esse é o meu referencial. Depois pude perceber, que a comunicação entre os assentamentos e as nossas organizações é uma comunicação precária. Nós não conseguimos construir um instrumento de comunicação que chegue no assentamento com a





velocidade que se precisa para fazer a reforma agrária. O movimento que melhor se comunica é o MST, mas mesmo assim, vez por outra, troca seus instrumentos por instrumentos do estado, da mídia burguesa, que nós assentados não temos acesso. Sem contar que os movimentos sociais, durante muito tempo, escolheram os partidos políticos de esquerda para conduzirem as pautas. Nossa pauta sempre coincidiu com a pauta do PT e do Pc do B no que diz respeito a política agrária no Brasil. A nossa preocupação era também com as pessoas que estavam chegando nos assentamentos. Começamos a discutir o modelo de assentamento e os instrumentos democráticos que nós tínhamos para trabalhar esse modelo. Uma pauta nossa que também era pauta do estado: assentamento com uma única agrovila, para facilitar para o estado a aplicação de recursos de infra-estrutura, assentamentos com uma única associação, os assentados também achavam que devia ser assim, para melhorar a relação com os assentados. Agente discutia também a idéia do assentamento coletivo. Primeira discussão: o assentamento deve ser coletivo ou individual? Como a área era de 500 hectares e nós éramos 80 famílias, tinha que ser coletivo porque o INCRA não podia ceder um modulo inferior a 25 hectares na nossa região. Mas como a nossa região é bastante fértil, nós avaliamos que dava para viver com apenas cinco hectares por família. A segunda questão foi sobre as agrovilas, de 80 famílias, 44 defendeu apenas uma e 36 defendeu duas agrovilas. Outra questão: onde vai ser a agrovila? Na margem do asfalto ou na margem do rio? A mesma votação, 44 na margem do asfalto e 36 na margem do rio. Só que essa determinação não foi obedecida, o INCRA determinou que as casas fossem construídas na margem do rio. E as casa que foram construídas na margem da pista estão lá, abandonadas. O processo de votação serve apenas pra identificar a diversidade, mas achar

que a maioria vai decidir pela minoria, isso é o mais perverso autoritarismo que já se construiu, e é chamado de democracia.

Bom, essa foi uma questão do ponto de vista organizacional que nós aprendemos e hoje nós respeitamos. A nossa minoria escolhe o que ela quer e a nossa maioria escolhe o que ela quer, e assim nós vamos tentando nos organizar de forma coletiva. Nós seríamos o tipo de coletivo que trabalha em regime de mutirão, em que todos fazem o mesmo serviço, contabilizava as diárias e no fim repartia a produção. Quem trabalhou três dias, recebe o equivalente a três dias. Só que tinha casos no mutirão de gente que enrolava, ia pra lá e fingia que trabalhava. Chegava no fim do dia e agente participava da produção do mesmo jeito. Aí agente viu que assim não estava certo e discutimos então. Vamos fazer dessa forma agora, só trabalha quem quiser trabalhar, quem não quiser, não precisa. Mas no final, participavam divisão da produção do mesmo jeito. Porque as pessoas comem, não é porque trabalharam, mas é porque se não comer não vive. Antes de adotar essa forma de divisão do trabalho, nós éramos 21 famílias, agora somos apenas 9. Quem terá saído, quem trabalhava mais ou que trabalhava menos? Saíram exatamente os que trabalhavam menos. Hoje o grupo só tem quatro famílias, mas hoje o grupo está coeso. Tem três anos vivendo assim, só trabalha quem quer trabalhar e agente só trabalha quatro dias por semana.

Do ponto de vista da mobilização dos jovens, primeiro nós oferecemos um pomar para eles colherem, venderem e fazerem o que quiserem. Se agente que é adulto não gosta de trabalhar, jovem vai gostar? Nós usamos todos os instrumentos sócio-econômicos para tentar mobilizar nossa juventude e não dava certo. Então trouxemos um camarada de Juazeiro da Bahia, chamado Tiziu, para ensinar capoeira para os jovens. Pronto! Hoje em dia a nossa

juventude se reúne toda segunda, quarta e sexta-feira para jogar capoeira e logo após se reúnem para discutir os problemas da comunidade. Estão construindo uma estrutura produtiva com recursos próprios e nós estamos maravilhados, porque a cultura resolveu o que ela sempre resolveu. A cultura é um elemento extraordinário, mobilizador de todos os povos. É a raiz da vida de todos nós. Porém na reforma agrária que se discute no Brasil, nenhum movimento sindical, nem a CPT, nem o MST tem conseguido colocar na pauta nacional a importância do financiamento da cultura nos assentamentos. Tem crédito para construir casa, tem crédito para construir tudo e não tem crédito para construir um campo de futebol. Agente não consegue recurso para construir uma piscina, mas pra trator e arado não faltam. Pois eles pensam que nós somos máquina. Assentamento é pra botar o povo para trabalhar e não para viver. Na FERAG nos perguntaram o que nós íamos levar para a feira da reforma agrária, com todo o respeito, mas a gente disse: Nós vamos levar gente. Porque a coisa que agente mais sabe fazer no nosso assentamento é gente. É obrigação nossa colocar na pauta da FERAG, da mesma forma que se coloca um percentual fixo pra assistência técnica que nós precisamos discutir, vamos colocar um percentual muito maior mesmo, para financiar a cultura. No INCRA, não tem uma pessoa que faça essa relação da cultura do povo nos assentamentos.

Do ponto de vista da questão mais nacional, existe um bicho chamado governo que durante muito tempo teve acesso ao nosso pensamento, esse governo Lula é o governo que mais conhece o pensamento do povo. Esse governo adulterou a pauta de reforma agrária dos movimentos sociais. Não era pauta nossa a reforma agrária privada, isso era pauta do capital

especulativo. Esse governo teve a competência de construir o primeiro assentamento de reforma agrária privada. Isso é um pensamento organizado para destruir as nossas raízes ideológicas, culturais e políticas. Transgênicos não era pauta nossa, isso era pauta do agronegócio, agora o governo adotou essa pauta. Recriminalização da ocupação de terra no Brasil é outra pauta do governo Lula. Agora nós temos, hoje, como elementos mobilizadores no semi-árido o MST, o movimento sindical dos trabalhadores rurais e a CPT. Agora, o maior desses instrumentos de mobilização com certeza é a ASA, porque a ASA congrega. Os movimentos camponeses nunca fizeram uma grande aliança com a cidade, pois são movimentos que segmentam, o movimento sindical segmenta, agente não tem uma pauta unificada. Porque que a ASA unifica? Porque ela trata as coisas do ponto de vista cultural, do ponto de vista que une, que é o ambiente, o ecossistema.

Como vai ter debate, eu guardarei alguns questionamentos, caso haja alguma pergunta. Mas eu quero encerrar fazendo um ensaio de poesia, porque algumas pessoas dizem que reforma agrária não dá mais poesia.

De repente um cheiro, um cheiro único, um cheiro de tesão
De repente um cheiro úmido, choveu no sertão
De repente as mulheres e os homens do ENCONASA
São convidados e convidadas a usarem bem esta ASA
Ocupar a água e ocupar o chão
De penetrar da terra, o ventre, e ali deixar a semente
A semente da paixão



Gogó (antes de cantar, dá uma palavrinha):

Bom, a gente tinha organizado aqui de entregar nas mãos do ministro Rosseto o nosso plano de desenvolvimento integrado, sustentável do semi-árido como 1 + 2.

O governo não está aqui, mas a gente quer registrar dessa forma, num comentário que a gente fez pelos corredores ontem. Será que se os empresários do agronegócio estivessem aqui, os ministros não viriam?

Semana passada o Lula foi pessoalmente na feira da agricultura irrigada em Petrolina. Então, eu tenho a convicção de quem perde com isso não somos nós, é o governo.

Debate

Antônio sertão Cajazeiras, Paraíba.

Como o tema é reforma agrária, eu gostaria de colocar uma questão que está acontecendo recentemente na Paraíba, e que é extremamente importante que todo mundo nesse encontro tome conhecimento. Nós estamos na região de Sousa, e lá o governo do estado desapropriou 6.000 hectares de terra, chamada Várzeas de Sousa. Essas terras são as terras mais férteis do semi-árido paraibano. Essa desapropriação era no sentido de implantar um projeto de irrigação montado no agronegócio e na fruticultura para exportação, então o governo entrou com um projeto de lei para licitar as Várzeas do Sousa. São cento e cinco milhões de reais

gastos com a desapropriação e a construção de um canal que se chama canal da redenção. Esse projeto já tem quatro anos, muitas famílias foram expulsas, criando uma ruma de casas de taipa na cidade de Aparecida e também na periferia das Várzeas de Sousa. Os proprietários continuam criando gado e tendo suas grandes casas com piscinas, e o governo se recusa a mexer com eles. Lá está uma situação triste, as famílias revoltadas com essa situação decidiram ocupar aquela área. Hoje, são quatrocentas famílias acampadas nas Várzeas de Sousa. Criou-se todo um movimento naquela região, organizado pela CPT, e essas famílias reivindicam que ali seja feito um projeto de assentamento para produzir alimentos para abastecer todo o sertão, a Paraíba e até mesmo o nordeste, já que agente importa quase 90% do que é produzido lá. As famílias sonham com aquelas terras das Várzeas de Sousa, e o governo do estado quer implantar o agronegócio. Agente quer tornar lá, um pólo de produção de alimentos usando todas as tecnologias de convivência com o semi-árido.

DorieI FETAG/PE

Gostaria de fazer uma ressalva sobre o movimento sindical, que tem essa diversidade assim como a ASA, que trabalha desde a criança até a terceira idade. Dizer que o movimento sindical dentro das suas bandeiras de luta, a luta pela terra é uma das ações que o movimento sindical desenvolve, inclusive é pioneiro na organização de assentamentos por todo o país. Gostaria de perguntar a mesa: diante da situação que vive hoje o campo, a reforma agrária, a expectativa criada em torno do governo Lula, qual é a saída hoje para o campo e pra a reforma agrária? Que ações devem tomar os movimentos sociais em relação a essa conjuntura?



18/11/04 • quinta-feira

Houve atividades diferenciadas durante todo o dia de quinta. Agricultores (as) experimentadores (as) foram para GTs pela manhã, assistiram vídeo e a tarde foram para uma plenária, enquanto delegados (as) foram para uma plenária da ASA que durou todo o dia, depois de uma assembléia e por fim todos se reuniram num debate sobre a transposição do rio São Francisco.

Atividades dos Delegados/Delegadas
Questões Organizacionais e institucionais da ASA

Depois de um pequeno atraso, começa a Reunião da Asa para discutir pontos do documento da CE para o V Enconasa. A Dinâmica, proposta por Valquiria Lima, Coordenadora executiva da ASA e coordenadora da discussão foi a divisão por Estados, retornando aos trabalhos às 11h. No entanto o grupo de Entidades Nacionais resolveu formar grupos, portanto 12 grupos de discussão de cinco temas Enconasa, AP1MC, UGM, GT e CE.

Os trabalhos tomaram toda a manhã, sendo retomados só na parte da tarde, após o almoço.

Na sequência das apresentações os Estados mostraram as suas dúvidas e contribuições para o fechamento do documento sobre a ASA.

- Natal
- Pernambuco
- Bahia
- Paraíba
- Piauí
- Minas Gerais
- Ceará
- Sergipe
- Alagoas
- Espírito Santo
- Maranhão
- Entidades Nacionais

Depois das colocações dos 12 grupos, Elmo, do grupo de comunicação relatou as experiências do GT sobre Comunicação e a preocupação da necessidade do engajamento de todos numa campanha grande de divulgação das ações da ASA. Principalmente rever o processo de comunicação com a base, que segundo ele, era o elo mais fraco: o diálogo com os agricultores/as experimentadores/as.

A partir daí, Viviane fez uma sistematização de propostas e colocou em votação algumas polêmicas. Depois da votação foram aprovadas as propostas da seguinte forma:

ENCONASA

·O Enconasa deve acontecer de dois em 2 anos, e no seu intervalo, no mínimo duas reuniões da CE ampliada.

CE

·Em regime de votação, ganhou a proposta da proporcionalidade para a formação da CE. Esta coordenação será formada pelos 11 titulares e 11 suplentes da Coordenação Executiva da ASA, mais 01 representante por Estado. As 22 vagas restantes serão distribuídas respeitando a proporcionalidade aplicada ao EnconASA.

·Criar, nos estados, critérios de representação da Coordenação Executiva

P1MC

·Sobre o P1MC todos concordam que deve ser reavaliado o programa, suas metas e prazos. Sem data estabelecida para conclusão e deve ser feita uma análise posterior mais aprofundada.

UGM

·UGMs-avaliações nos Fóruns, nas UGMs e nos Coletivos Estaduais.

Em regime de votação ganhou que o descredenciamento de UGMs será feita no Fórum Estadual (FE)

A seguir estão as contribuições de cada Estado para a discussão das questões organizacionais da ASA :

[CLIQUE AQUI E VEJA AS TABELAS](#)

Assim termina o momento de discussão das questões organizacionais e institucionais da ASA. E sem dispersar o auditório tem início a Assembléia da AP1MC sob o comando de Aldo que leu a convocatória, e seguindo os seus tópicos deu início aos trabalhos.

PAUTA:

Eleição dos Diretores e seus suplentes, segundo procedimento estabelecido pelo artigo 21 -Ocorreu a eleição dos diretores e suplentes, com a apresentação do novo grupo na plenária.

Eleição dos membros do Conselho Fiscal, segundo estabelecido no artigo 26 -Ocorreu a eleição dos membros do Conselho Fiscal, com a apresentação dos membros do Conselho presentes no auditório.

Aprovar a programação anual e plurianual da Associação

Examinar e aprovar o relatório de atividades e a prestação de contas apoiada pelos pareceres do Conselho Fiscal e da Auditoria Externa -Houve um momento de apresentação do relatório financeiro do AP1MC e aprovação de suas contas e resultados

Modificar os estatutos pra inclusão do novo endereço e modificar o início e término do ano fiscal da AP1MC

Outros assuntos de interesse da associação

Com a assinatura da ATA, encerraram-se os trabalhos da Assembléia.

Houve um pequeno intervalo e depois se retornou com o Debate sobre a transposição do Rio São Francisco

Participantes: João Abner- Prof. Dr. em Recursos Hídricos da UFRN

Henrique Cortez-Sub-editor do Jornal Meio Ambiente

Coordenador: Rubem Siqueira CPT/BA

Rubem lamentou a ausência do governo, que não quer diálogo com a sociedade civil organizada, apresentou os debatedores e deu a palavra a João Abner.

Abner

Afirmou que no último Enconasa falou contra e a favor do projeto, dessa vez ele afirmou só falar contra. Começou lembrando que o projeto da Transposição vem desde D Pedro II e questionou a platéia: por que o sonho de D Pedro não deu certo?

Sua palestra teve o acompanhamento de um data-show com documentos e textos didáticos sobre o assunto. Abner diz ter conversado pessoalmente com Lula e que ele está ciente das críticas. Ele afirma que Lula incorporou o discurso de FHC. Abner diz que a nossa saída é forçar e tentar romper essa barreira da falta de diálogo. A transposição do São Francisco se tornou um mito.

Depois mostrou a realidade de consumo/oferta de cada Estado que vai receber água com a transposição: CE, PB e RN todos sem utilizar toda a água de que dispõe

Questionou: Qual a importância desse projeto? Para quem vai servir essa obra? Ele classifica a transposição como chover no molhado: água para quem tem, além da privatização da água, pois ela irá beneficiar principalmente latifúndios irrigados e a carcinicultura.

Ele afirma que Lula comprou a idéia por que não tinha nenhum projeto para o semi-árido, tanto que até a planilha de custo é de 1999. “É um elefante branco e politicamente inconseqüente, pois divide o nordeste”, afirma. Bacia doadora MG, BA, AI e SE; Bacia Receptora- CE, RN, PB e PE. Um potencial grande do SF já está comprometido com a geração de energia. É um presente de grego: projeto ultrapassado, custo da água é inviável: 5 a 6 vezes mais cara.

Avaliação: projeto injusto tira água de quem sofre para quem já tem; reproduz a indústria da seca. Chove no molhado, muda quase nada o problema da seca,; não estuda alternativas viáveis, nem compara com projetos integrados.

Finalizando, ele afirma que o projeto de D Pedro II não deu certo porque ele não tinha projeto de políticas integradas, única solução para o semi-árido.

Foram dados informes, foi feito um agradecimento aos debatedores, facilitadores e conferencistas do Encontro com a entrega de uma cesta com produtos da região e todos desceram para o jantar e a noite cultural.

Experimentadores/as

Atividade: Socialização e intercâmbio de experiências, com reflexão em grupo sobre o papel dos/das agricultores/as

Plenária de Agricultores/as

GTs

GT Crédito e Financiamento

No grupo de discussão sobre crédito e financiamento haviam 13 pessoas, na sua grande maioria de agricultores com o intuito de compartilhar experimentos e sugerir soluções.

Foi proposto por Luciano que houvesse de início uma apresentação entre os participantes do GT, dizendo o nome e a localidade de origem. Logo após sugeriu que apresentassem as experiências.

A primeira experiência foi a de recursos hídricos em SolnaiaPA, apresentada por Nelson. Eles começou falando dos vários problemas que a região do semi-árido do Paraíba enfrenta, mas lembra que o Estado não é só seca e diz: “o governo não tem enxergado isso”.

Nelson fala também que a idéia de montar o pólo de articulação do semi-árido deu-se com o esgotamento do Chavão.

O projeto na Paraíba trabalha sob duas dinâmicas: com o banco de sementes e com a construção de cisternas, que vem fortalecendo a agricultura familiar da região. Conta que o projeto começou com as cisternas, mas houve logo após, outros experimentos que deram certo e cita o “Água é Vida” que é um projeto para maximizar os recursos hídricos da região através da construção de cisternas de placas, tanques de pedra, controle da erosão, barragens subterrâneas, manejo de água servida, tratamento de



água com moringa dentre outras atividades. E diz: “a partir daí fomos mostrando as entidades públicas que através dos fundos rotativos se faz a verdadeira política de crédito”. E acrescenta: “é preciso que os recursos venham para as propriedades e não para as atividades, se não nunca teremos agricultura familiar de verdade”. Nelson diz também que é preciso que não haja exclusão na obtenção de crédito. Flavio interrompe a discussão dizendo que há uma grande burocracia para se obter o crédito rural e fala “... nem todos os agricultores têm todos os documentos, como algo que diga o tamanho da terra, por exemplo”.

Nelson retoma dizendo que o fundo rotativo é um contraponto ao fundo perdido, e alerta “é preciso que haja uma sustentabilidade dos recursos naturais, pois foi assim que os nossos antepassados fizeram até hoje”. Com isso Nelson termina a apresentação da primeira experiência, no que originou um debate não programado no início.

Severino diz “... o fundo rotativo está sempre melhorando a vida da comunidade”, e lembra que é preciso que haja na terra um manejo constante dos recursos naturais.

Severino explica: “a pesquisa é importante, mobiliza a sociedade e fortalece a agricultura familiar, logo há um aumento na qualidade de vida da família”.

Logo após, Alberto pergunta “o crédito é liberado de acordo com a organização do projeto para que o governo passe a apoiar”.

Surge a pergunta: “quais os tipos de projetos financiados pelos fundos rotativos?” E Nelson responde: “vai depender da necessidade da comunidade”.

O facilitador do grupo, Luciano, pede a palavra e fala que o debate continuaria após a exposição da próxima experiência por Bernardo, que é agricultor na Bahia e representante da ECOSOL, no caso a experiência em questão.

Bernardo lê para o grupo um documento referente a ECOSOL mostrando os princípios da cooperativa, as expectativas, o objetivo, os recursos disponíveis e contato. Logo em seguida mostra alguns fatos de projetos financiados pela ECOSOL.

Luciano pergunta ao grupo “Quais são os benefícios que essas experiências relacionadas ao crédito rural e familiar, como o fundo rotativo e a ECOSOL, trazem para a comunidade e para o nosso semi-árido?”.

Maurício responde que é importante, pois possibilita a integração possível numa troca de experiências e união de forças no objetivo de aumentar a qualidade de vida da família.

Luciano retoma dizendo que é preciso haver mais experiências de intercâmbio entre os produtores rurais, para que exista uma troca de experiências e diz “... só assim a coisa vai pra frente”.

Logo em seguida, Bernardo diz que é preciso uma união entre os sindicatos, a igreja e as prefeituras e diz “...só assim o negócio funciona”.

Nelson fala: “as pessoas na maioria dos casos, por vergonha do seu estado de pobreza, não se agrupam e não se reúnem em busca de conhecimentos para encontrar saída para seus problemas”.

Severino completa dizendo que é importante se agrupar e é importante cobrar do poder público.

Severino alerta para a necessidade de se calcular bem o crédito que se pede ao banco, e diz “... é preciso estruturar a terra, mas é preciso calcular bem os gastos, pois a estruturação de terra não dá retorno, então terá que sair do próprio bolso”. Severino diz mais, “é preciso administrar o lucro adquirido com as atividades produtivas e por todo ele na atividade durante os quatro meses iniciais”.

Luciano toma a palavra e dá fim às discussões alertando todos da importância dos pontos discutidos por agricultores de diferentes regiões: Finalizando, colocam-se as seguintes conclusões:

O governo não vê o potencial da região do semi-árido;

Grupo Apicultura

A dinâmica de agricultores/experimentadores que trabalhava o tema de apicultura foi aberta com o relato da experiência de Idevilso (BA), que contara como iniciou nesse ramo de atividade. Lembra que foi bastante motivado após ganhar um jaleco e uma caixa de colméia num curso de capacitação. Comprando seis caixas a mais, viu o retorno do seu investimento liquidado em apenas um ano. Observa que a apicultura leva a uma maior conscientização para o não desmatamento. Diz que Alagoas é um Estado que trabalha com apicultura enfrentando muitos problemas. O principal deles é a falta de ações desenvolvidas pelo poder público que possam potencializar essa atividade. E relata ainda outras dificuldades, como a falta de equipamentos necessários para a colheita, entre estes cita a centrifuga (utiliza uma que fica a vinte quilômetros de sua localidade). A compra da cera também está inclusa nessa lista, pois a participação de atravessadores no processo comercial eleva o preço do produto. No entanto, afirma que é um investimento rentável que exige um pouco de capacitação técnica, cuidados a serem observados no manejo das abelhas.

GT Agrofloresta

Facilitador: Joseilton / Recife Centro sabiá

A discussão teve início com a apresentação dos participantes.

Joseilton, o facilitador, sugeriu que algum agricultor coordenasse as falas. Foi escolhido o agricultor Cícero Fábio, da Paraíba. A primeira experiência apresentada foi a de "Dona Francisca" de Tianguá / CE. Ela relata que na região em que vive a vegetação é "carrasca", ou seja, árvores de pequeno e médio porte, espinhosas e de folhas grossas. Devido à falta de chuvas a área é seca e não conta com a presença de rios.

A partir de 1998 a Diocese de Tianguá começa a prestar assistência técnica aos agricultores da região. O trabalho desenvolvido pela Diocese está voltado para a preservação ambiental e a criação de agroflorestas.

Com o acompanhamento dos técnicos, os agricultores começaram a adotar medidas de preservação, como: substituir as queimadas por coberturas mortas (compostos orgânicos em decomposição) e a preservação de árvores de grande porte nas áreas de plantio.

Segundo Dona Francisca, depois que ela adotou essas medidas, houve um aumento progressivo da safra e da qualidade dos alimentos. Após a exposição de Dona Francisca surgiram algumas perguntas, dentre elas podemos destacar a que diz respeito sobre o número de famílias do assentamento que já adotaram as agroflorestas.

De acordo com Francisca, ela foi a primeira que implantou esse sistema de plantio no seu assentamento, mas que depois que outras pessoas viram que estava dando certo, logo entraram no programa.



Outro questionamento importante foi sobre a obtenção de renda a partir das agroflorestas. Ela relata que ainda não é possível sobreviver somente da produção extraída de sua colheita, mas que espera por isso em breve.

A segunda experiência é sobre a conservação do solo. Quem faz a exposição é a agricultora Ana Cleide, de Alagoas. Sobre a experiência ela diz que devido ao desmatamento, a força da água das chuvas devasta as plantações, além de arrastar consigo as riquezas minerais e orgânicas do solo. O projeto de Ana Cleide consiste na criação de medidas que impossibilitem o enfraquecimento do solo, devido ações da natureza, como chuvas e ventos. A partir dessa idéia, surgiram as muretas de pedra de nível, que são barreiras feitas com pedras, impedindo a passagem da água da chuva em alta velocidade.

Segundo Ana, depois da implantação do projeto, ela já conseguiu crédito junto a instituições financeiras, e com isso, melhorias na estrutura de seu terreno. Ela disse que até a criação de animais tornou-se viável, pois antigamente com a falta d'água, os criadores tinham que vender parte do rebanho para manter os animais que restassem.

A terceira experiência foi exposta pelo agricultor Robério, de Pernambuco. O projeto chama-se agricultura agroflorestas no semi-árido. O objetivo é contribuir de forma participativa para o desenvolvimento sustentável através da agricultura de agroflorestas e da educação cultural, envolvendo toda a família no exercício de sua cidadania. As experiências desenvolvidas na área de agroflorestas possuem, quase sempre, a mesma linha de ações, no que diz respeito à conservação do meio ambiente e segurança alimentar. Elas propõem a rotatividade e a diversidade de culturas; o não uso de agrotóxicos; e o bom aproveitamento dos recursos naturais. Robério disse que a maioria dos agricultores tem medo de adotar o projeto de agroflorestas, por já estarem acostumados com o monocultivo da cana-de-açúcar.

"As agroflorestas mostram uma nova forma de pensar e trabalhar a terra, podendo gerar mais renda, novas perspectivas e melhorias na qualidade de vida", afirma Robério.

Após a demonstração das três experiências, algumas pessoas pediram para, também, apresentar seus projetos. No entanto, por conta do tempo, só foi possível a apresentação de uma.

Essa experiência, apresentada pelo agricultor Dimas, não estava relacionada com o tema em questão, pois tratava da poluição dos lençóis freáticos através da manipueira (substância extraída da mandioca na produção da farinha).

Como a exposição do senhor Dimas levou muito tempo, devido aos questionamentos se o seu projeto era ou não relacionado ao tema, não houve tempo para o debate.

A discussão encerrou-se com os agradecimentos dos experimentadores e demais participantes do GT.

GT Sementes

Uma espécie de bate-papo marcou as discussões acerca do tema Sementes. Após calorosa apresentação dos oito participantes do GT, a facilitadora DeJane, do Estado de Paraíba, definiu a dinâmica a ser seguida pelo grupo.

O agricultor Sebastião, do Estado de Alagoas, iniciou uma série de relatos relacionados às experiências dos agricultores presentes a respeito dos trabalhos realizados com sementes. Sebastião trouxe do seu Estado três amostras de diferentes tipos de feijão de sementes inteiramente puras, como o próprio agricultor fez questão de relatar. O alagoano retratou também o cuidado que tem em fazer um controle de sua plantação através da medição em milímetros dos índices pluviométricos de sua região. De acordo com Sebastião, a irregularidade das chuvas no semi-árido é um fator que dificulta bastante a noção temporária das plantações.

A breve experiência citada pelo agricultor alagoano Sebastião foi seguida pela apresentação da outra

experiência de sala temática. A princípio o agricultor Joaquim demonstrou a prática da conservação e troca de sementes entre os integrantes dos BSC (Banco de Sementes comunitário). “As chuvas irregulares de região semi-árida e os políticos que usam o problema da seca para se engrandecerem são as principais adversidades do nosso trabalho”, explicou o agricultor referindo-se aos fatores que proporcionam a crise no sistema.

Dando prosseguimento às explicações referentes ao sistema de estocagem do Estado da Paraíba, Elza criticou a atuação do governo no trabalho com as sementes, já que segundo as representantes, o governo cede sementes em períodos impróprios para o plantio, na época da colheita. Além disso, Elza afirmou que os políticos desrespeitam a temática local, pois cada caso tem suas características peculiares ao sistema de plantação das sementes.

“Quando as sementes chegam, não adianta mais”, encerra Elza. Aproveitando os comentários da agricultora, Joaquim inseriu na apresentação explicações acerca do funcionamento dos bancos de sementes comunitários; que seguem, segundo o agricultor, a seguinte dinâmica: distribuição das sementes nas famílias, produção familiar ou comunitária de sementes, avaliação e planejamento comunitária e devolução da semente ao banco comunitário.

Em seguida, a representante Elza destacou o êxito do processo de resgate de sementes em escassez na região. Segundo Elza, desde o início dos trabalhos nesse sentido foram resgatados 220 variedades de sementes, das quais 180 estão entre as mais cultivadas na Paraíba. Por meio de gráfico demonstram a evolução dos bancos de sementes comunitários da AS em seu Estado, considerando-se também o número de famílias atingidas pelo programa.

“Eu acho importante relatar o trabalho que está sendo feito na Paraíba para a conscientização de acampados e assentados”, lembrou Elza, que falou ainda da aceitação dos agricultores ao projeto de banco de sementes comunitárias. Ainda retratando a experiência com as sementes comunitárias, Elza expôs mapa de microrregiões da Paraíba que trabalham com essa dinâmica de sementes. Fotos de mobilização e formação de agricultores com seminários, audiências e a ocupação da Secretaria de Agricultura também estiveram em foco na experiência dos Paraibanos Joaquim e Elza.

Após os relatos e discussões acerca das experiências do agricultor alagoano Sebastião e dos dois paraibanos acima citados, a facilitadora Rejane dá início ao debate.

“Em minha terra não existe mais Feijão desse tipo”, afirmou o agricultor Carlos referindo-se aos feijões de Sebastião e ao mesmo tempo, fazendo críticas ao uso de agrotóxicos, que por sinal, foi o tema principal do debate.

Lamentando o uso de agrotóxicos e conseqüentes alimentos transgênicos, Carlos disse que a terra é a mãe de todos e que, por isso, não poderia ser destruída. O debate realizado acerca das sementes teve como importante momento, a participação do paranaense Amarildo, que externou sua felicidade ao ouvir as experiências expostas, considerando que os agricultores nordestinos são conscientes do mal causado pelo uso de agrotóxicos, não ocorrendo o mesmo no sul do país. “Não quero que vocês do nordeste vivam o que nós estamos presenciando no Paraná”, indagou Amarildo. “Pelo amor de Deus, orientem os agricultores a não entrarem nessa”, pediu emocionado o agricultor paranaense.

Amarildo comunicou no debate que em sua cidade, que possui 20.000 habitantes, cerca de 600 pessoas vão para Curitiba fazer tratamento contra o Câncer, em razão do consumo de alimentos transgênicos.

Percebeu-se claramente no grupo o completo descontentamento com o abusivo uso de produtos químicos, decorrentes da mentalidade gananciosa de certos agricultores que compram tudo feito e ausentam-se de trabalhos benéficos do campo. Em razão do tempo limitado, a facilitadora Rejane dá por encerrado o debate que tem como destaque à frase do agricultor paranaense Amarildo que pôs fim às discussões: “Não se espelhem no pessoal que pratica a agricultura do Sul do País”.

ANEXO

COPPA BACS Cooperativa de Pequenos produtores agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes
Experiência de Convivência no semi-árido alagoano: Garantindo a segurança alimentar
Quem somos: Cooperativa de Pequenos produtores agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes; surgiu em 1996, tem 282 associados, agricultores, homens e mulheres, meeiros, sem terra, pequenos produtores, agregados, que vivem da agricultura familiar no semi-árido Alagoano (sic).

Área de Abrangência:

O Nosso trabalho é desenvolvido em 13 comunidades rurais inseridas em 8 municípios do Alto Sertão, onde atingem de forma direta 1.590 trabalhadores (as).

Missão:

Animar e promover a educação, formação e informação aos homens e mulheres do campo;
Discutir e encaminhar projetos alternativos de convivência ao semi-árido;
Armazenar e comercializar de forma coletiva o excedente da produção dos associados;
Promover a educação associativista aos seus associados;
Prestar serviços diversos do interesse dos seus cooperados adquirindo artigos, mercadorias, bens e insumos necessários à produção.

TRABALHOS DESENVOLVIDOS:

Bancos Comunitários de Sementes

Os bancos comunitários de sementes é uma experiência de convivência no semi-árido; a mesma tem como objetivo de guardar de forma coletiva a semente para o plantio do roçado, garantindo assim a produção dos sócios. Junto a isso, são trabalhadas outras formas de semente, a roça comunitária, o estudo sobre a realidade semi-árida, as plantas adequada à região.

Projetos de Animais de Pequeno Porte:

Em 06 comunidades rurais, compreendendo 04 municípios temos um trabalho com animais de pequeno porte, (ovinos); o mesmo tem como objetivo melhorar a renda familiar dos associados, bem como servir de demonstração para os pequenos produtores, que têm a cultura de querer produzir gado em pequenas áreas, animais não adequados ao clima, bem como ao tamanho da área dos pequenos produtores. Este trabalho é desenvolvido em parceria com a Cáritas Brasileira, regional do NE II.

Recursos Hídricos:

A COPPABACS, desde 99, junto a Cáritas Brasileira, vem fazendo um trabalho de construção de cisternas de placas para captação de água de chuva para consumo humano. Já foram construídas nas comunidades de: Camoxinga Santana do Ipanema 10, Guari Poço das Trincheiras 10: Sítio Lagoa Nova Piranhas 08; Sítio Ligeiro Ouro Branco 10. Todas foram construídas em parceria.

Ainda em relação a recursos hídricos a Coppabacs, em novembro de 2001, passou a ser a unidade gestora do P1MC (Programa de Formação e Mobilização Social Um Milhão de Cisternas de Placas) da ASA Brasil. E a mesma já construiu até o momento.

20 - PROJETO PILOTO

279 - ANA

240 - FEBRABAN
723 - MESA MDS
105 - SIND. DOS METALÚRGICOS
Convênio Estadual
517 - INCRA

GT Recursos Hídricos

Os trabalhos do grupo se iniciam com uma breve apresentação dos participantes:

Matias Barreto-Sergipe- veio trazer a experiência com a Barragem de Sacos de Areia, a idéia inovadora ainda não existe em nenhum outro lugar .

Maria do Nascimento, agricultora.

Antonio Ferreira dos Santos Serrolândia, Bahia apresentou a experiência do PROJETO CONVIVER.

Antonio Francisco dos Santos, Ceará.

Jamilton Assentamento “Acauã”, município de Aparecida no alto sertão paraibano.

Marta Senador Pompeu, Ceará, trabalha junto a uma unidade gestora do P1MC.

Ivan Pedro II, PI, representa a entidade Mandacarú.

Helder - São Raimundo Nonato trabalha representa a COOTAPI e associados.

Francisca assentamento Quixabeira/PE. Participa da unidade municipal do P1MC.

Exedito Silva, AL associação de agricultores alternativos. Faz parte da comissão estadual da ASA.

Francisco Assentamento do “Alto Tamanduá”, AL.

Breno , Petrobrás , convidado, Alagoas.

Dionisio sindicato dos trabalhadores de Buritizero, norte de MG.

Aldineide (facilitadora) alto sertão da Paraíba, trabalha com a Central de Assentamentos.

A partir de então seguiram-se os relatos das seguintes experiências:

Programa de Desenvolvimento Sustentável Manejo de Micro Bacias

Projeto Conviver Convivência com a Seca

Experiência com Mandalla

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

Carlos André e Wadson Vale do Jequitinhonha MG

O programa surgiu baseado numa experiência da Universidade do Alabama que hoje está presente em quatro outros países: Filipinas, Equador, China e Brasil. De início, atendia apenas nove comunidades, atualmente atende duas comunidades por associação e como consequência chega a atingir até nove creches por associação. A ONG Fundo Cristão para a Criança tem como objetivo melhorar as condições gerais de moradias em situação de risco com vários programas e um deles é voltado para buscar a qualidade da água nas regiões do semi-árido. Também desenvolve um trabalho voltado para as crianças. Quando chega e encontra, por exemplo, a casa em que a criança mora, com algum problema, eles também atuam para resolver o problema da habitação. Ou seja, o programa começa auxiliando a criança e acaba atingindo toda a família.

Sabendo que a água pode ser um agente transmissor de vários agentes patológicos e que é de fácil contaminação, o programa visa capacitar pessoas da própria comunidade, chamados de “Vigilantes da Água” que são treinados para fazer uma análise da água para garantir que ela esteja própria para o consumo. Qualquer água é passível de ser analisada, desde água de poços artesianos até águas de rios.

Atualmente são usados kits (placa de Petri, pipeta, meio de cultura) importados, mas estão sendo realizados testes com similares nacionais e se sua eficiência for comprovada, estes serão adotados por serem mais baratos que os atuais.

A Comunidade capta água do telhado, (dentre outras formas: barragens de terra) e para se prevenir de possíveis contaminações, a caixa é dotada de uma estrutura composta por tela, brita e areia para evitar contaminação da água armazenada.

Além desse há ainda um outro programa, sobre Micro Bacias, voltado exclusivamente para a armazenagem de água para o consumo da propriedade. Nesse sistema, também vigoram os cuidados adotados para a análise da água.

PROJETO CONVIVER CONVIVÊNCIA COM A SECA:

Antonio Ferreira dos Santos Serrolândia, Bahia.

A exposição dessa experiência iniciou-se com a leitura de um folheto que contém as informações básicas a respeito do projeto, que seguem:

O que é o PROJETO CONVIVER?

É uma proposta técnica que visa melhorar as condições da vida do homem do campo, através de novas alternativas de convivência com o semi-árido, evitando assim o êxodo rural.

É também um programa de extensão da Escola Família Agrícola de Jaboticaba, abrangendo 25

comunidades, situadas na região de cinco municípios: Quixabeira, Capim Grosso, Serrolândia, Jacobina e São José do Jacuípe, na Bahia.

Como nasceu o projeto?

Foi iniciado no dia 03 de março de 1997, numa reunião convocada pelo Padre Xavier Nichele SJ, vigário da paróquia de Capim Grosso na época, com representantes de várias entidades, para discutir a possibilidade de elaborar um grande projeto. Neste mesmo dia foi escolhida uma comissão para organização do projeto, com representantes do STR Quixabeira, Paróquia-Capim Grosso, Comunidades Rurais, EFA Jaboticaba, CPT de Capim Grosso e Serrolândia e APPJ, ocasião na qual foi nomeada uma coordenadora do Projeto.

Hoje o CONVIVER é administrado por um Conselho Administrador, um Conselho Fiscal, uma Secretaria Executiva e uma Assembléia constituída de representantes das Comunidades Rurais inscritas.

Número de pessoas e família:

Inicialmente o projeto congregou 370 famílias, num total de 2001 pessoas dentro de 20 comunidades rurais dos cinco municípios abrangidos. Em 2002 foram incluídas mais comunidades e se alcançou o número de 300 famílias acompanhadas.

Linhas de ação do CONVIVER:

Formação e Capacitação do profissional do agricultor(a): O CONVIVER organiza para os pequenos produtores: treinamentos, cursos, encontros, viagens de estudos e visitas ao Conselho Diretor e Secretaria Executiva, para conhecer experiências de outros projetos. Há também a participação em outros cursos promovidos por Entidades Parceiras para agricultores e dirigentes. Os assuntos são relacionados a clima e água, técnicas de convivência com o semi-árido, criação de caprinos e ovinos, apicultura, captação de água de chuva, ecologia e meio ambiente, reflorestamento produção de ração, doenças animais, associativismo, processamento de alimentos, criação de peixes em cativeiro, etc...

Infra Estrutura Hídrica: O projeto beneficiou mais de 300 famílias com 43 reformas de cisternas, 130 cisternas de bica, três cisternas comunitárias, 30 cisternas de enxurrada, 30 cisternas de PAD. A família recebe o empréstimo através de um contrato para a construção de cisternas de água de chuva e a devolução é em parcelas mensais ou semestrais, no prazo máximo de 24 meses. O valor da cisterna é convertido em quilos de carne caprina ou ovina da região e não tem juros. Também foram construídos 03 reservatórios, 02 poços artesianos e 02 cacimbas, foram instalados 02 cata-ventos, foram realizados 01 barragem subterrânea, 01 micro barragem e 06 aguadas, tudo isso a contrapartida da família ou comunidade.

Financiamento da produção: Uma das metas do CONVIVER é viabilizar o acesso das comunidades rurais à infra-estrutura econômica e de apoio à produção. Foram beneficiadas 134 famílias como financiamento de projetos de caprinos e ovinos, apicultura e piscicultura. Outros agricultores podem optar por atividades diversificadas como: fabricação de artesanato, doces, licores, geléias e biscoitos de goma. Com isso existe uma perspectiva de melhorar a renda das famílias envolvidas.



Festival de Feno e Silo:

A cada ano o CONVIVER organiza em dezembro, o Festival do Feno e do Silo, uma oportunidade de encontro, avaliação, divulgação e resgate da cultura regional. Todas as comunidades participam, competindo nas várias tarefas (maior quantidade de feno e silo, melhor reprodutor, artesanato, música, dança, etc...).

EXPERIÊNCIA COM MANDALLA:

O Sr. Francisco, do Assentamento do “Alto Tamanduá”, em Alagoas, apresentou o seguinte texto para falar de sua experiência com mandallas:

Aspectos: esta experiência foi implantada no Assentamento Santa Vitória, no “Alto do Tamanduá” no ano de 2002 pela cooperação SEBRAE- SEAGRI-ITRAL-MMT, na comunidade de origem quilombola, utilizando-se de uma barragem de média proporção existente no assentamento, para atender, inicialmente seis famílias, mas Agenor e Chico toparam a experiência colocando esse projeto para frente . Encontraram um solo muito pobre em matéria orgânica, necessitando de uma integração cultivo-criação.

Resultados:

- Recuperação gradativa do solo;
- Biodiversidade na flora e fauna do ecossistema;
- Produção diversificada de frutas e hortaliças;
- Produção de forragens;
- Criação de ponto de venda de produtos agroecológicos;



Formação de rede de agricultores familiares no município;
Aumento da renda;
Segurança alimentar;
Racionalização de água e energia elétrica;
Criação de pequenos animais (peixes, galinhas caipiras, guinés e marrecos de Pequim).
Impactos mais significativos:

Quebra de paradigmas numa região típica de criação bovina (leite e carne) elevando a qualidade de vida da família
Integração de 03 municípios na rede de distribuição de produtos agroecológicos (Olho D'água das Flores, Olivença e Poço das Trincheiras).

Limitações:

A escassez de recursos hídricos do assentamento
Falta de apoio governamental ou quase nada
Pouco conhecimento na produção de hortaliças
Educação apropriada para a agricultura familiar

Desafio maior:

Construção de mais mandallas no território do sertão

Demandas:

Pequeno sistema de irrigação, utilizando materiais simples como:
Bombas de ¼, cotonetes, entre outros.
Diminuição da erosão do local implantado
Aumento na produção de forragens
Uso de insumos naturais e adubo orgânico
Preservação do meio ambiente e plantio de plantas exóticas como o NIM indiano
Energia elétrica
Assistência técnica agroecológica

GT Criação de Animais

Durante o GT foram mostradas três experiências. A primeira experiência foi apresentada pelo agricultor rural Aldo Costa, do sindicato dos Trabalhadores rurais de Soledade, no estado da Paraíba. Aldo começou falando sobre a situação do solo. Ele afirmou que o solo dessa região encontra-se bastante devastado, principalmente por causa das queimadas. Esse agricultor defende o emprego de plantas adaptadas ao semi-árido como uma das formas de ração para os animais.

Aldo expõe vários tipos de possíveis alimentos para esses animais (a maioria caprina): semente de glicerídeo, farelo da vargem da alicirídea, rações servem como fonte de vários nutrientes para os animais.

Há três anos, essa experiência de mistura de nutrientes é realizada nessa região. O resultado é um gado saudável, forte e livre de muitas doenças. Aldo Costa afirmou que essa experiência já está sendo ensinada a várias famílias da região. Ele defendeu o princípio “ensinar a pescar e não dar o peixe”. E fez uma crítica a resistência do povo daquela região de adaptar o gado a esse tipo de alimentação. Aldo afirmou que isso aconteceu mais no início, posteriormente se familiarizaram e acabaram gostando dessas rações.

Aldo afirmou que a melhor solução é fazer com que a terra produza. Para isso, os agricultores devem desenvolver alternativas de como fazer o gado ficar saudável sem precisar de produtos químicos, como rações industrializadas e vitaminas artificiais.

Aldo criticou também o melhoramento genético de raças. Segundo ele, não adianta melhorar geneticamente um animal e depois criá-lo no semi-árido onde ele não consegue se adaptar. Para Aldo, é possível o próprio agricultor fazer o melhoramento de seu rebanho, pois ele conhece as características dos animais saudáveis, fortes e fazer o cruzamento entre eles. A segunda experiência foi apresentada pelo agricultor Irapuã Gomes, do território de Apodi, no Rio Grande do Norte. Irapuã discordou de Aldo na questão do gado adaptado ao semi-árido. Aldo chamou o gado da roça, Boé, de “gado de Motel”, ou seja, aquele que só sobrevive na mordomia.

Para Irapuã, existe um tipo de gado Boé que se adapta ao estilo do Semi-árido. “É o boé de patas pretas”, afirmou.

Irapuã falou sobre o projeto Dom Helder Câmara, que é realizada no Estado do Rio Grande do Norte, no território de Apodi. O agricultor falou sobre como produzir alimentos e renda sem degradar o meio ambiente. Ele destacou a grande devastação ambiental ocorrida nessa região, a necessidade de melhorar o solo, além de resgatar uma relação sustentável homem e natureza. Irapuã destacou ainda que atualmente há uma grande ausência de animais nativos nessa região. Esses foram vítimas de desmatamento e das intensas queimadas.

Um dos objetivos deste projeto será o plantio de espécies que servissem como fontes de renda para as famílias, além de alimento para os animais. Para isso, foram trazidas plantas de outras regiões, que se adaptaram, ao semi-árido.

Para que o trabalho fosse realizado, Irapuã destacou a importância do trabalho coletivo de acesso e captação de inovação, além do baixo custo do plantio. Ele falou também do interesse e da preocupação dos agricultores com o meio ambiente, da existência de uma assessoria técnica permanente e de programas de capacitação de agricultores.

Como resultados desse projeto, tivemos o aumento da produção de mel, carne e leite. Isso fez com que algumas famílias (somente as que aderiram a esse projeto) encontrassem uma importante fonte de renda para seu sustento. Com o sucesso dessas famílias outras passaram a se interessar pelo projeto. O agricultor João Miranda (PB) criticou o caráter individual dessas experiências. Segundo João, todas as famílias deveriam ser beneficiadas com esse projeto. Porém, Irapuã respondeu a essa crítica

dizendo que não foi possível unir todas as famílias em torno dessa experiência; muitas não quiseram fazer parte, por isso algumas resolveram fazer sozinhas e tiveram sorte.

A terceira e ultima experiência foi apresentada de forma breve, pois o tempo já se havia esgotado. Por isso, não foram apresentados detalhes sobre a mesma.

Essa experiência foi descrita pelo agricultor Guiomar Ribeiro da Bahia. Guiomar começou sua explanação reforçando o que Irapuã havia dito sobre a dificuldade de unir as famílias em torno de uma idéia comum. Guiomar falou sobre o projeto de Manejo da Caatinga na região semi-árida da Bahia. Ele descreveu o projeto e explicou sucintamente como se faz para preservar o meio ambiente e dele tirar o sustento para os animais. Guiomar ensinou como fazer o corte das árvores (tirar os galhos de baixo para cima) e assim a árvore não morre, e o bruto proveniente dela serve de alimento para os animais. Ele falou das técnicas de manejo necessárias para o correto uso dos componentes da vegetação

Guiomar destacou que para o correto corte das árvores é necessário o agricultor conhecer o período de rebrota de cada uma delas. Caso contrario, a criação de animais fica prejudicada, pois irá faltar alimento para os mesmos.

Essa experiência teve início no ano de 2003 e cada uma das famílias conta com uma área de um hectare para ser feito o manejo. Assim, os agricultores desenvolvem suas próprias idéias e descobrem formas alternativas e eficazes para a criação de animais na região do semi-árido. Como o próprio Guiomar afirmou, encerrando o encontro: “A natureza é um livro aberto. Quanto mais trabalhamos com ela, mais coisas descobrimos”.

GT Saúde e Alimentação

Facilitador: Silver

Apoio: Rakuel

O Saúde e Alimentação estava composto de 32 pessoas. A sala estava ornamentada com um painel mostrando o sertão e tudo que o constitui. Para dar início aos trabalhos um vídeo foi apresentando, mostrando o primeiro dia em que as pessoas dos Estados chegaram, o repórter Inácio, entrevistando as pessoas envolvidas no Evento, fazendo perguntas relacionadas ao encontro nacional e articulação do semi-árido. Aproveitaram também para mostrar algumas manifestações folclóricas de alguns Estados: os artesanatos, bebidas, comidas, danças e músicas. Todo um apanhado de informações importantes que fazem parte da Cultura Nordestina.

A Sr. Maria do Livramento BA se apresentou e mostra seu trabalho de experiência: Remédios Caseiros. Esclareceu sobre algumas formas de prevenção, através da alimentação. Alternativas: Trabalhar a conscientização das famílias carentes com crianças desnutridas e grávidas que necessitam de cuidados no período de gestação. Maria está integrada no Pastoral da Criança, ligada à ASA.

Expõe suas multimisturas com os alimentos, retirados de sementes, a mesma fabrica a multimistura com a preocupação de um preço baixo e que possa nutrir os mais necessitados.

Ela explica em detalhes como é o seu trabalho na multimistura, diz ter um curso e toda uma orientação, pois tem a preocupação com a confiança. Um dos remédios é o xarope para verme, para bronquite e a prevenção de inflamações de garganta intestinal.

Maria deixa claro que não vai pelos livros e sim segue suas raízes

Um integrante do grupo, Afonso, pergunta a Maria:

Quais os valores nutritivos?

Maria responde: vem a dosagem certa e segue um gráfico pelo manual da Pastoral da Criança.

Aureana pergunta para Maria:

-São somente variados e depende muito de que remédio se trata.

Aureana pergunta a Maria. Com relação à argila como é feita para chegar a ponto de um pó para se tornar chá para resolver problemas de útero inflamado, suspensão de útero.

Maria responde:

-A argila tem que ser coletada deixar no sol para secar por 1 hora e depois ser peneirada.

A parteira, uma das integrantes abre a pauta. Diz ser leiga na leitura e na escrita, mas garante conhecer como fazer o remédio que cura a epilepsia. Infelizmente não pode nos dizer, pois acredita em superstições, caso nos diga não fará efeito. Crença ou superstição é importante, pois isso é cultura.

A Sra. Geraldina (MG) pede licença para parabenizar a D. Maria pelo belo trabalho com crianças e grávidas finalizando a segunda parte e fechando o trabalho de experiência de D. Maria que expôs os seus remédios na mesa e falou de cada um, suas características e para que servia.

No terceiro momento, se manifesta para a segunda apresentação o Sr. Francisco Edílson, do Rio Grande do Norte. Tema: Plantação orgânica: Alternativas para resolver o problema da seca nos solos nordestinos.

O Sr. Francisco Edílson faz parte da Associação Sitio Reunido, voltada para encontrar soluções, através de sociedade internacional. Sente que falta apoio, falta conscientização por parte do consumidor, pois órgãos públicos responsáveis comprem de fora.



O vídeo tem como tema: Vivendo Experiência, duração 22 minutos.

GT Comercialização

Facilitador Alexandre (Pe)

22 componentes

A temática comercialização iniciou-se com o facilitador Alexandre (PE) dando as orientações aos presentes que, em sua maioria eram agricultores para que ele fossem ressaltadas as experiências que estavam inscritas.

Experiência Um

Socorro Ferreira (PB) A primeira experiência foi a da agricultura Socorro Ferreira. Para ela, o grande problema das assentadas e produtoras é a comercialização. Diversas pessoas produzem e não tem como escoar essa produção, havendo assim, um grande desperdício de alimentos. A idéia da associação iniciou-se quando socorro foi almoçar na casa de uma família que tinha uma mandalla, eles produziam muitas coisas, e o que não consumiam estava se “perdendo”. Articularam uma reunião para discutir a questão da comercialização e pediram as famílias amigas que moravam na cidade para receberem as produtoras. O negócio se expandiu, as encomendas foram tantas que se juntaram a outros assentamentos para implementar o negócio. Até que abriram uma feira em Cajazeiras. Essa feira acontece uma vez por semana. Os produtos comercializados são basicamente hortaliças, mas há também mel, xampu, gergelim, farinha de milho, etc. a experiência foi ganhando espaço e existem hoje cerca de 40 famílias produzindo para vender na feira. Algumas dessas famílias tem renda de até 300 reais por semana. Banana, galinha abatida, peixe e queijo são os chamados produtos nobres da feira, pois têm uma grande procura. Em Cajazeiras, já existem três feiras, uma delas acontece na Universidade e recebeu o nome de feira experimental, por ter sido a primeira da CPT.

Flávio relatou que no litoral da Paraíba também existem quatro feiras, nas cidades de Patos, Lagoa Seca, Campina Grande e João Pessoa. São cerca de 100 agricultores que conseguiram uma melhoria de vida. Um outro fator importante é que ganharam autonomia e hoje fazem intercâmbios de experiências.

Após a exposição de Socorro e a participação de Flavio, surgiram alguns questionamentos do grupo, como: curiosidades a respeito da feira ser orgânica ou agroecológica, o público que ele está atingido e se há intercâmbio.

Todas as feiras são agroecológicas, mas estão em processo para tornarem-se orgânicas. Se for detectado o uso de agrotóxicos, o agricultor responsável pode ser suspenso ou excluído da feira. O público alvo é a classe média e baixa também, porque pelo fato de serem autônomas, vendem os produtos a um preço baixo. Todos os agricultores associados fazem um fundo de feira, que serve para investir em viagens de intercâmbios e preservação do local.

Experiência Dois

Maria Dalva, conhecida como Bebia, é do Ceará, de Santana do Acarai.

O trabalho com agricultura familiar iniciou em 1979. Como a experiência anterior nesta também havia um e, através da organização de muitas comunidades, hoje podem mostrar na prática os produtos da sua terra como: doce de caju, cajuína, licor, farinha de castanha, rapadura de caju, amêndoa beneficiada, ovos de galinha caipira, tapioca, bolo de milho, mel de abelha, artesanato e algumas variedades de frutas.

Atualmente, participam 10 áreas do assentamento onde é produzida boa parte desses produtos. Segundo D. Dalva, um avanço foi a conquista do PRONAF, onde existem alguns grupos de jovens e

mulheres com miniprojetos de criação de galinha caipira e apicultura. Há também uma fábrica de beneficiamento de castanha de caju na comunidade de Chara. Graças à organização da comunidade, e agora com o apogeu do Instituto Sertão, estão conseguindo alguns projetos para o seu melhor funcionamento.

As vendas são feitas através de atravessadores, portanto o lucro não é grande, mas, apesar das dificuldades e da falta de material adequado, fazem isso para melhorar a renda e a vida dos que participam do projeto.

Ao fim dessa experiência surgiram alguns questionamentos:

Juliana perguntou se vendem para a prefeitura da cidade, se existe esse tipo de incentivo por parte do poder publico de Santana do Acaraí.

Socorro quis saber como fazer para conservar o decai.

Shirley perguntou se é uma associação ou cooperativa

Teresa interrogou sobre a relação com o atravessador. Ajuda-se ou não.

Respondendo as questões, Núbia disse que há uma promessa do prefeito em relação à compra de produtos para incluir na merenda escolar. Quanto ao doce ele não usa aditivo químico e eles duram muitos meses. São uma associação. Não é o melhor porque eles sempre querem lucrar muito, por isso ela tem que vender a um preço barato, mas ainda é uma das únicas formas de venda.

Experiência Três

Cláudio Oliveira (PE) é agricultor. Quando mudou para a cidade vivia em situação precária até que conseguiu comprar um sítio em 1995 e começou a trabalhar na terra. Não tinha tanta experiência e participava de reuniões de Comissão de Agricultores. Começou a plantar com a ajuda de um técnico e por sugestão de uma agrônoma. Hoje participa de um espaço agroecológico, faz feira semanalmente. Para ele o mais importante é que o consumidor sabe valorizar o produto deles. A garantia da qualidade dos produtos é através da associação e do Centro sabiá. Completaram sete anos de associação organizada em 16 de outubro de 2004.

Segundo o Sr. Cláudio, em Bom Jardim, existem três tipos de solo em uma só: agreste, Brejo seco e brejo transição. Na sua propriedade trabalha mais com criação de gado, galinha, bode e tudo é aproveitado não há desperdício de nada.

O espaço agroecológica é mantido pelos próprios agricultores. Tem uma coordenação que se reúne mensalmente.

Respondendo a pergunta feita sobre a maior dificuldade encontrada nesses sete anos disse que foi a questão do transporte e do preconceito das pessoas que não aceitavam os pontos de vendas em alguns locais da cidade. Hoje é uma feira que representa e capacita os agricultores.

Após o relato das experiências o facilitador mostrou ao público presente que as experiências são bastante semelhantes. Em todas elas houve muita perseverança, força de vontade e finalmente realização. Mostrou que o espaço que é aberto para a comercialização em todos os casos foi devido ao excesso ou grande produção de produtos.

Quase todos falaram, mas, terminaram não dando suas impressões e sim contando outras experiências. São todas muito parecidas mudando somente o ponto e a região.

Como relato final foi mostrada a importância da agricultura orgânica, do alimento puro produzido pela própria comunidade.

As propostas apresentadas:

Necessitam de maiores organizações e ajuda de custo

A prefeitura poderia articular com esses produtores a compra de produtos para a merenda escolar.

Que os consumidores possam ter um espaço nas feiras

A ASA deveria oportunizar a vinda de filhos de agricultores que também se interessem pelo assunto

O tempo deve ser maior e permanente nos encontros da ASA.

Quando o tempo se esgotou ainda existiam relatos a fazer, dúvidas a tirar e a sugestão do facilitador foi a de que eles trocassem idéias entre si nos intervalos das palestras.

Num segundo momento dos agricultores/as experimentadores/as os grupos foram remanejados e reagrupados, unindo temas diversos:

Junção Saúde e Alimentação/ Criação Animal

Facilitadores: Silver, Rakuel (PI)

Abertura: apresentação de vídeo.

“Vivendo experiências”: mostra iniciativas e dinâmicas dos agricultores e suas experiências sobre o

manejo com a agricultura; manejo com animais, cuidado com as sementes e métodos de cultivo nas cidades de Parnaíba, Bahia e Sergipe.

Grande desafio: Revalorizar a capacidade dos agricultores fazerem com que o método científico da academia consiga dialogar com os agricultores do campo.

Debates:

Questões

- 1 O que lhe chamou a atenção no vídeo?
- 2 Tomando como referência o vídeo, como estamos trabalhando na nossa região?
- 3 Como reforçar esse trabalho?

Algumas considerações sobre o vídeo vivendo experiências.

Leonildes: Aponta a originalidade das pessoas cujas experiências geraram as idéias inovadoras mostradas no vídeo e que serão levadas por ela mesma para sua comunidade, principalmente as cercas de mandacaru, que evitam a entrada de animais.

Raniele: Achou a alteração na relação técnico-agricultor muito importante. Está se construindo uma nova relação baseada no respeito e na igualdade de valor entre ambos, havendo uma troca de experiências e não a submissão de um ao outro.

Rildo (PE): Diz que o vídeo é um exemplo de valorização do conhecimento prático, adquirido no dia-a-dia, o que é essencial para levantar a auto-estima do agricultor. Acrescenta que experiências como o vídeo são importantes para a democratização da informação.

Mauricélia (MA): Aponta como o trecho do vídeo que mais a fascinou foi a parte que mostrou experiências com as cisternas. Projeto “maravilhoso” que ela estuda para levar para o Maranhão.

Socorro (PB): Enfatiza que no vídeo a mulher se apresenta valorizada sendo sujeito principal das experiências e tendo a tarefa de repassá-las para um público maior. O que acha extremamente importante já que a mulher em muitos lugares continua a ser desvalorizada, principalmente no campo.

Guiomar (BA): Defende que a interação entre os diversos agricultores é o melhor caminho para o desenvolvimento, que deve vir das bases, conforme foi mostrado no vídeo.

Paulo Afonso (MA): Destaca a imensa importância das cisternas, cujo sucesso o deixa até hipnotizado.

Dílson (RN): Declara que a troca de experiências é fundamental e sugere que a ASA promova encontros somente para viabilizar troca de experiências.

Arnaldo (AL): Enfatiza o papel da agroecologia cujo desenvolvimento deve vir a reduzir o uso de agrotóxicos, produtos químicos, tornando os produtos agrícolas mais saudáveis ao favorecer o uso de produtos orgânicos.

Fernando (MG): Fala da importância da capacitação do trabalhador para produção. O vídeo mostra a experiência e inteligência do povo do semi-árido.

Aureana (PI): Recorda o histórico da invenção da cisterna, realizada ao acaso, graças a necessidade do momento, como é o caso das invenções mostradas no vídeo.

Geraldina (MG): Salienta a denominada “área de exclusão”, uma área da plantação que é preservada sem pastejo para que se possa observar que espécies ali irão surgir, a fim de determinar quais daquelas plantas são nocivas ou benéficas aos animais.

Maria dos Santos (BA): Recorda a importância da reabilitação das cercas naturais, que antigamente eram chamadas que Quiabento, em detrimento das cercas de arame, como resgate que inclusive deve ser promovido pela ASA, uma vez que as cercas de arame prejudicam a criação de animais e não possuem durabilidade.



Aldo Costa (PB): Relatou que o uso da cisterna, que inicialmente era apenas para consumo humano, posteriormente ampliou-se para pequenos animais. O exemplo das cisternas levou a construção de barragens e silos pela comunidade em função de um fundo rotativo. “O P1MC contempla bem mais do que simplesmente a água, ‘traz também a esperança’”. Concluindo, aponta a necessidade dos técnicos darem valor ao conhecimento prático do agricultor.

Josefa da Guia (SE): Salientou a importância do trabalho com o milho, mostrado no vídeo, como forma de valorizar a mulher.

João Miranda: Recorda que o vídeo ressalta “a bravura do acreditar no dia-a-dia”, dando destaque ao papel da mulher no cotidiano da agricultura familiar, afirmando que as figuras femininas, mulher e filha, são requisitos essenciais para uma boa administração junto à unidade de agricultura familiar.

2ª parte

Maria do Socorro (PB) Enfatiza a importância da participação da ASA para que todos se dêem conta de que as dificuldades podem ser vencidas desde que todos trabalhem juntos. Usa como exemplo a sua experiência pessoal em que cisternas foram construídas por grupos somente compostos por mulheres 'cantando e comendo rapaduras'. Inclui com a expansão do trabalho da cisterna para outras atividades sempre em grupo como a criação de animais, hortas, etc. tudo de forma comunitária, sendo que, até mesmo outras comunidades a procuram para aprenderem sua forma de organização.

Geraldina (MG): Acrescenta que o trabalho em mutirão também é essencial para sua região.

Aldo (PB): Retoma a ideia anterior, colocando que o trabalho das cisternas pode se estender para outras áreas.

Rakuel (PI): Reivindica que os presentes relatem suas experiências pessoais na função de multiplicar sucessos, questionando se em cada Estado as pessoas estão procurando se aperfeiçoar através de

intercâmbios e trocas de experiências.

Raniele (PB): Relata a própria experiência quando construiu um silo de maniçoba de 20 toneladas. Pelo qual inclusive foi apontado como louco, mas que no fim obteve sucesso, sendo imitado por quem o criticava e, posteriormente, foi expandido para 50 toneladas.

Edilson: Reivindicou que as pessoas lutassem também pela liderança política, já que é necessário buscar outras formas de luta, afirmando: “Já lutamos pela terra, pelo sindicato e, agora, queremos o poder”.

Guiomar: Fala sobre a divulgação de suas experiências que é realizada através das ONGs, da associação, dos sindicatos e das outras entidades, promovendo Dias de Campo para cada agricultor obter a oportunidade de divulgar suas experiências.

Maria do Socorro: Recorda os casos em que caprinos de sua região, que estavam sendo bem-sucedidos, foram substituídos por animais importados, por aconselhamento do grupo político local, mas que acabaram não se adaptando e causando prejuízo aos produtores, ressaltando o negativismo da falta de autonomia do produtor agrícola sempre influenciado por lideranças políticas. Por fim, pergunta ao representante da ASINHA, o que é a instituição.

Jean (MA): Responde que a ASA e seu papel de favorecer o protagonismo entre crianças e adolescentes, mas que naquela ocasião encontra-se apenas como ouvinte a fim de levar as experiências ali apresentadas para seus grupos de jovens. Silver: Coloca que cada UGM vai receber três fitas das que foram exibidas para serem repassadas aos agricultores locais. Informa que no período da tarde, alguém poderia socializar a discussão ali realizada, sendo escolhido por fim Raniele.

3ª. Parte (sugestões)

Silver Abre para as sugestões.

Socorro Denuncia que o sindicato trabalha em defesa de outros interesses e não o dos trabalhadores. Questiona qual será o dia em que os agricultores poderão colocar o próprio agricultor na presidência de um sindicato. Sugere que a ASA incentive o apoio dos sindicatos aos agricultores.

Mauricélia (MA): Relata sua experiência com uma Rádio Comunitária, informando o início de um projeto de democratização da comunicação a ser iniciado no próximo ano para a divulgação dos projetos da ASA e para favorecer a união entre os diversos segmentos. Sugere que haja uma maior articulação das rádios comunitárias a fim de divulgar o trabalho de todos.

Peter: Sugere que os técnicos estimulem a multiplicação das experiências inovadoras, assim como a divulgação daquelas que fizeram sucesso a fim de multiplicá-las.

Jean Sugere que haja incentivo dos grupos comunitários a fim de trazer autonomia dos agricultores, favorecendo a união e a solidariedade entre os produtores agrícolas.

Aldo Fernandes (PB): Propõe para unir as forças e incrementar a divulgação da criação de uma rede de Rádios Comunitárias.

Urbano: Afirma que nem sempre os técnicos conseguem compreender os agricultores, que muitas vezes precisam de outras formas de comunicação. Que de preferência às informações sejam transmitidas pelos próprios agricultores, já que eles possuem sua própria linguagem, o que, inclusive, é motivo de orgulho para os agricultores.

Aureana (PI): Argumenta que nesses momentos de interação entre os agricultores, como Dias de Campo, etc, o papel de facilitador deve ser desempenhado pelo próprio agricultor.

Silver: Faz um apanhado das sugestões já sistematizadas.

Jean: Propõe abrir discussão na ASA em relação ao espaço do Jovem e do Adolescente.

Guiomar: Acrescenta que o ideal seria esse trabalho ser resolvido na Escola por uma educação especial no Semi-árido.

Jean: Concorde, destacando que a escola não valoriza o trabalho no campo, tachado de menor, porque não especializado nos moldes acadêmicos.

Urbano: Propõe que os professores do Ensino básico sejam levados diretamente para o campo, a fim de presenciar os trabalhos realizados para promover sua sensibilização.

Peter Sugere que o Professor, alunos e comunidade realizem essa promoção de forma mais integrada.

Silver Encerra a discussão, promovendo uma revisão das sugestões já sistematizadas.

SUGESTÕES

Maior apoio dos sindicatos junto aos agricultores e agricultoras.

Articulação das rádios comunitárias para divulgação das experiências.

Estimular as iniciativas dos experimentadores, cobrar dos técnicos a sistematização e divulgação.

Incentivar criação de grupos comunitários.

Criação de um programa nacional (rádio) de divulgação de experiências da ASA.

Estimular trocas entre agricultores e agricultoras (intercâmbios, dias de campo, etc) com a valorização da fala do agricultor (a), onde a capacitação seja conduzida pelos próprios agricultores.

Criar espaços de discussão na ASA que envolvam crianças, adolescentes e jovens e suas experiências.

Provocar a discussão sobre educação contextualizada no ensino formal envolvendo os educadores, vivenciar as experiências, envolver todos os segmentos (Secretaria da Educação).



“O gado passar fome na época da seca era tão comum no Curimataú que foi desenvolvida uma máquina para levantar os animais que caíam de magro. Mas agora com o armazenamento estratégico de forragem para o período seco o gado não passa mais fome e a máquina foi abandonada” (SEMEAR - Boletim da Agricultura Familiar Campina Grande /PB n. 04 Outubro de 2004).

Sementes e Agrofloresta

Facilitadoras: Rejane/ Paraíba

Joseilton/Pernambuco

Abertura

Apresentação de vídeo/ 22 min.

“Vivendo experiências”: mostra iniciativas e dinâmicas dos agricultores e suas experiências sobre o manejo com a agricultura; manejo com animais, cuidado com as sementes e métodos de cultivo nas cidades de Paraíba, Bahia e Sergipe.

Grande desafio: Revalorizar a capacidade dos agricultores e fazerem com que o método científico da academia consiga dialogar com os agricultores do campo.

2 Debates

Questões

- 1 O que lhe chamou a atenção no vídeo?
- 2 Tomando como referência o vídeo, como estamos trabalhando na nossa região?
- 3 Como reforçar esse trabalho?

Algumas considerações sobre o vídeo vivendo experiências.

Lucílio: “O que mais me chamou a atenção no vídeo foi um povo inteligente”.

Wellington: “Foi a comunicação e a experiência.”

Hélio: “É válido e a gente chega lá”

Severino Félix: “Acho mais importante que lá a piscina (cisterna) é importante, mas é também lazer”.

Brito: “Me chamou atenção a questão de comunicação (...) a preocupação de ser um multiplicador da idéia”.

Inês: “Na minha comunidade trabalhamos com semeio abafado, a gente joga o feijão (...) Ali a gente tem um feijão orgânico (...) precisamos divulgar mais”.

Carlinho: “Na minha comunidade a experiência é trabalhar em grupo (...) Acho que essa idéia de banco de sementes é importante (...) Precisamos andar juntos”.

Propostas de Encaminhamento

Intensificar a troca de experiências (visitas de intercâmbio);

Agricultores como multiplicadores;

Divulgar as experiências bem sucedidas: ex: semeio abafado; banco de sementes comunitário; conservação do solo.

Intensificar a diversificação da cultura nas áreas onde a ASA tem atuação;

-Investir no processo de comunicação e conscientização entre os agricultores;

Criação de escolas onde se possa fortalecer o trabalho voltado para a agroecologia;

Reprodução de material com experiências da ASA que facilitem o processo de divulgação;

Trabalhar agroecologia de forma integrada com todas as ações de convivência com o semi-árido;

Intensificar a luta contra os transgênicos;

Estimular a aquisição e distribuição de sementes nativas.

Fechamento: Escolha de uma pessoa para fazer a apresentação das propostas retiradas do debate no encontro que acontecerá à tarde.

Escolhida: Elza/ Paraíba.

Junção de Apicultura e Recursos hídricos

Os integrantes do grupo comercialização, crédito e financiamento incorporaram-se a este grupo, devido a problemas técnicos na estrutura montada em sua sala.

O início dos trabalhos aconteceu com a apresentação do vídeo "VI-Vendo experiências". No vídeo existe um programa de rádio que traz a chamada dos depoimentos, para citar alguns: o interventor da cisterna de placas e outro sobre a experiência do fundo rotativo solidário.

Terminada a exibição do vídeo, as intervenções pautaram-se na importância do intercâmbio de experiências. Salienta-se como a partilha das diversas experiências, proporcionando a construção do conhecimento e, sobretudo, a interligação entre vida e escola.

Quando indagados sobre o que mais os tinha chamado a atenção no vídeo, apresentaram os aspectos do cooperativismo, a necessidade de conhecer a realidade para atuar como protagonista da mesma. Reforçou-se a necessidade de fazer conhecer os cientistas populares e estimular mais iniciativas de descobertas nesse campo, haja vista a pouca visibilidade que tem nos grandes meios de comunicação de massa.

Vale ressaltar, que a cultura sempre se faz presente nas falas do grupo. Ilustramos isso com um poema recitado em uma fala: "o agricultor tem fama de valente. E mesmo com fama de analfabeto, no trabalho é competente".



Enfatizou que os/as agricultores/as presentes devem ser agentes multiplicadores em suas comunidades, como meio de ampliar a quantidade de pessoas envolvidas com a consciência de trabalhar na convivência com o semi-árido. Também destacou-se o papel da ASA, enquanto elemento aglutinador e mobilizador.

Nesse ponto da discussão, levantou-se o problema da inclusão da discussão dos transgênicos no Estado do Piauí. Para isso, propõe-se uma articulação das entidades (por dentro da ASA) para acabar com essa situação.

Para os participantes, o ENCONASA é um momento importante. O ponto mais alto de um processo que nasce em cada comunidade. Deve-se estimular, para tanto, a participação efetiva dos agricultores/experimentadores nos fóruns estaduais, construindo a partir da base. Destaca-se também o protagonismo das mulheres e da juventude que dá continuidade ao trabalho realizado.

O ENCONASA trabalha na lógica da construção de redes solidárias, horizontalizadas em seu processo decisório. Essa idéia foi bastante difundida nas falas. Outro discurso importante foi o do fortalecimento da agricultura familiar, que possibilita a geração de renda, aquecimento do comércio local, funcionando como uma engrenagem.

O grupo conclui seus trabalhos apresentando um resumo de suas discussões. Pontos chave apresentados:

A ASA precisa fortalecer o banco de sementes, barrar o uso dos transgênicos e a dependência governamental da agricultura familiar.

Os encontros estaduais da ASA precisam mostrar-se a sociedade. Fazer-se conhecer.

É preciso ampliar a participação dos agricultores/experimentadores nos encontros, garantindo também o espaço da juventude.



Fortalecimento das visitas de intercâmbio.

Maior disseminação do trabalho desenvolvido pela ASA e de suas experiências com pessoas que convivem com o semi-árido.

À tarde, às 14h, mais um vídeo sobre, o IV ENCONASA e o tema segurança alimentar. Nesse momento a plenária de todos/as os/as agricultores/as/experimentadores/as foi instalada.

Rose (PB), após exibição do vídeo, lembra do momento marcante (em sua concepção) do IV ENCONASA, a participação. E questiona a plenária: "qual a importância dos agricultores e agricultoras estarem participando nesse momento do ENCONASA?"

Muitas foram as contribuições, mas todas estavam centradas em reafirmar a importância daquela participação nesse processo, apresentando as vivências e práticas e propiciando um intercâmbio das experiências. "Cada um é doutor naquilo que faz". Esta frase, citada na plenária por um agricultor, sintetiza o que acabamos de falar.

O trabalho da ASA foi confirmado, com os depoimentos que mostravam a mudança comportamental e de mentalidade no semi-árido. Acentuou-se a espontaneidade do povo em falar em público e no microfone.

Uma fala marcante foi a crítica feita a coordenação da ASA, pelo consumo de refrigerante no encontro, e não de suco, produto da agricultura. Nessa fala, a plenária lembra a falta de feijão no cardápio do ENCONASA.

Outra foi a de entendimento de uma das agricultoras. Para a agricultora a pergunta caracterizava uma tentativa de excluir e vetar a participação dos agricultores/as no ENCONASA. Mas tudo acabou se esclarecendo nas falas posteriores.

TERRA TERRASILE EIRACUA TERRA TERRASILE EIRACUA
TERRA TERRASILE EIRACUA TERRA TERRASILE EIRACUA
TERRA TERRASILE EIRACUA TERRA TERRASILE EIRACUA

99



19/11/04 • SEXTA-FEIRA

A TV ENCONASA apresenta e resume do dia anterior, dando destaque para uma mulher que mora em Minas Gerais e que há vinte e dois anos não via a mãe, que mora em Teresina.

O Mestre de Cerimônia Hidelbrando convoca Carlos Humberto (Coordenação Executiva da ASA) para coordenar os trabalhos iniciais. Carlos inicia lendo alterações na programação do dia que segundo ele terá o seguinte formato:

TV ENCONASA.

Decisão do local de realização do próximo ENCONASA.

Leitura da Carta Política.

Painel: “P1MC: Resultados e Perspectivas”.

Outros encaminhamentos.

Mística de envio.

Almoço

Momento cultural.

Após fazer um breve relato das decisões tomadas no dia anterior, dá seguimento convidando aos estados que se postulam a receber o VI ENCONASA, que se manifestem à plenária.

O Ceará é o primeiro e quase único a se manifestar. Isto porque os representantes do estado de Minas Gerais, na última hora, candidataram-se. Apesar do argumento utilizado, de que se deve conhecer a outra realidade do semi-árido (que não o Nordeste), foram vencidos por ampla maioria comprovada através de contraste visual.



Logo em seguida, foram registradas as presenças de autoridades políticas locais (representantes das secretarias e órgãos do estado do Piauí). O cerimonial também solicita que a assessoria do governador do estado Wellington Dias confirme a sua presença para o momento solene de leitura da carta política.

Enquanto isso são apreciadas em plenária três moções: uma de repúdio aos transgênicos; outra de repúdio a atitude do governador Wellington Dias que impede o avanço da reforma agrária, quando trabalha para que o Governo Federal revogue seu decreto de desapropriação de área em Aroeira (localidade próxima a União), em benefício das elites dominantes; a última é de apoio aos moradores da região de Souza (o governo desapropriou terras férteis em favorecimento aos interesses do Agronegócio).

Momento da farinhada. Denise (PE) coordena esse momento lúdico convidando os estados um a um para dançar a farinhada, música popular tradicional, típica das manifestações culturais do semi-árido. E assim, segue-se a apresentação dos estados. Contudo, antes que todos os estados possam apresentar-se, o momento é interrompido para a composição da mesa e início do momento solene de leitura da Carta Política.

O governador é anunciado e convidado a compor a mesa. Também é convidado o senhor José Bacarin (Secretário Nacional de Segurança Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Social) e o senhor Humberto Oliveira (Secretário Nacional de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário). Carlos Humberto (Coordenação Executiva da ASA) faz-se presente à mesa para coordenar os trabalhos. Registra-se a presença ainda de Sérgio Vilela (Secretaria de Desenvolvimento Rural) e de Oscar de Barros (Secretaria de Comunicação Social).

Antes da leitura da carta política, Carlos Humberto enfatiza a participação e importância dos/as agricultores/as na construção do espaço que é o ENCONASA. Com isso, passa a palavra para Neuma Maria (PE) para ler a carta. A carta é uma manifestação das principais discussões envolvidas no encontro, afirmação da reforma agrária, democratização da terra e da água, desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, entre outros pontos, que sistematizam a proposta das/os delegadas/os e agricultoras/es presentes ao encontro. A carta então é entregue às autoridades que compõem a mesa por agricultoras/es de diferentes regiões.

José Bacarin (Secretário Nacional de Segurança Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Social) é o primeiro a se manifestar sobre a carta. Inicia seu discurso lendo carta do ministro e justificando sua ausência. Nesse momento é vaiado. Em seu comentário sobre a carta, fala dos projetos de sua pasta no governo federal como o programa de combate a fome, programas de geração de renda e o P1MC. Para ele, estes programas não teriam sido efetivados sem a participação social, a qual dá grande importância.

Humberto Oliveira (Secretário Nacional de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário) segue a mesma linha do discurso que o antecedeu. Aproveita para justificar a ausência do ministro e traz mensagem do mesmo. Também é vaiado. Sua fala de destaque é: “A reforma agrária tem que vir com um conjunto de políticas agrícolas...” e “...ampla discussão com participação da sociedade”.

Mais um registro de presença, do deputado estadual Simplício Mário (PT), de Assis Carvalho (Presidente da AGESPISA) e de Sônia Terra (Presidente da FUNDAC).

O governador do estado do Piauí, Wellington Dias, é o último a se manifestar. Lembra que é o seu 3º ENCONASA. Observa inicialmente da mudança de foco, para o enfrentamento da realidade do semi-árido. Afirma o compromisso do governo do estado e sua compreensão sobre a necessidade para uma política específica para a convivência com o semi-árido. Para ele, somente assim as dificuldades são superadas. Falou de seu programa de governo para o estado; com suas metas, projetos e programas voltados ao tema em questão (política agrícola). Enfatiza a transparência dos atos do governo (publicidade) e a democracia presente em sua gestão (quando se refere a eleição direta para diretores de escola).

Já Carlos Humberto encerra este momento com a seguinte dissertativa: “O ENCONASA não encerra hoje, ele continua nas comunidades” e fala da garra, do desejo e da vontade de homens e mulheres que querem a terra para trabalhar.

Logo em seguida, dá-se início ao painel “Resultados e Perspectivas do P1MC” com Naidison Quintela (coordenador da Asa Bahia), Vanda Pita (Representante da FEBRABAN), Humberto Oliveira (Secretário Nacional de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário) e José Bacarin (Secretário Nacional de Segurança Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Social).

Naidison Quintela, em sua fala, levanta elementos-chaves para o trabalho que vem sendo desenvolvido para a convivência com o semi-árido, quais sejam; as parcerias que estão sendo construídas e ampliadas, a disposição de recursos, o trabalho efetivo dos recursos públicos. Ressaltou aqui que 80% das verbas destinadas ao P1MC chegam na ponta, sendo assim eficiente, eficaz e efetivo nas suas ações.

Apresenta resultados gerais do P1MC (da época de transição do governo até hoje). São 55.725 famílias beneficiadas, perfazendo um total de 296.003 pessoas. A posteriori, explana sobre o P1 + 2 (sua dimensão é ampliada e busca-se ser integral perante as necessidades da comunidade: ter água para consumo humano, animal e para produção).

Aqui o documento do P1 + 2 é entregue aos painelistas por Francisca Maria (PE), Francisca Fernandes Sá (CE) e Francisco Pereira dos Santos (PI). Omar Rocha (representante da OXFAM) fala das concepções/idéias matrizes envolvidas no P1MC. A cisterna assegura o direito básico para o acesso à água. Cita o exemplo da Loteria do Reino Unido. Os projetos são selecionados para receber recursos advindos de um “fundo solidário”. Para ele, é necessário que o programa seja mais explicitado, através de uma pedagogia e metodologia clara inspirado em Paulo Freire e na cultura popular. Tece comentários sobre a necessidade de se fazer lobbys e pensar estratégias de sensibilização e captação de recursos.

Vanda Pita (FEBRABAN) apresenta a missão da FEBRABAN, diz que esta instituição anualmente faz o levantamento do balanço social dos bancos. Segundo ela, os projetos na área educacional são prioritários. Fala da construção de cisternas e do envolvimento/parceria com o P1MC. Nesse momento, o P1MC encontra-se em fase de prestação de contas com a FEBRABAN. E em seguida, promete estudar projeto do P1 + 2 apresentado.

Humberto Oliveira diz que as ações de governo têm de ser integradas com a cultura local, tendo em vista as disparidades regionais. Daqui advém a questão da regionalização da reforma agrária. Por exemplo, quando não houver mais terras para desapropriar, discutir o crédito fundiário. Afirma que deve-se trabalhar o território com uma referência.

José Bacarin reafirma compromisso de sua pasta no governo. Segue linha de outras intervenções quanto ao uso correto do dinheiro público. Reforça a continuidade e divulgação, tendo para tanto, como fator chave, o aprendizado popular.

Em seu discurso, diz que precisamos ganhar maior apoio social para esse compromisso. Fala ainda da associação de tecnologia de cisternas e da informatização. Com isso, os recursos hídricos serão usados para consumo doméstico, conseqüentemente gerando atividade produtiva e integração.

E antes de concluir os trabalhos, Nilza Marques (PE), Sebastião Damasceno (AL), Gecy Ribeiro (PI) e Pedro Alves (MG) entregam placa simbólica comemorando as 55 mil cisternas construídas. E a plenária terminou com a apreciação de moção de apoio a conferência nacional da terra e da água e moção de repúdio ao atual projeto de transposição das águas do Rio São Francisco (chamado Integração de Bacias). Ambas as moções foram aprovadas por unanimidade.

MOÇÃO DE REPÚDIO (nº1)

O V ENCONASA, reunido em Teresina, de 16 a 19 de novembro de 2004, tendo como tema central “Reforma agrária: democratizando a terra e a água no Semi-árido Brasileiro”, vem manifestar total repúdio ao atual projeto de transposição de água do rio São Francisco, agora chamado “ integração de bacias” pelo Governo Federal, que se fez ausente do debate que sobre isto realizamos neste encontro. A história do Semi-Árido Brasileiro tem demonstrado exaustivamente que grandes obras hídricas, não só não têm resolvido os déficits hídricos localizados em alguma áreas do nosso semi-árido, como têm contribuído para agravar o quadro das desigualdades econômica, políticas e sociais decorrentes. O autêntico desenvolvimento sustentável do Semi-árido brasileiro será alcançado com a participação e

o controle da sociedade, voltadas para as comunidades rurais e urbanas, apropriadas à diversidade sócio-ambiental desta região, sem os privilégios que historicamente têm favorecido setores minoritários, de dentro ou de fora da região e do País. Como representantes da maioria da sociedade civil organizada do Semi-árido brasileiro, exigimos o completo abandono do atual projeto de transposição.

Teresina, 19 de novembro de 2004

MOÇÃO DE REPÚDIO (nº 2)

O V ENCONASA, reunido em Teresina, de 16 a 19 de novembro de 2004, tendo como tema central “Reforma agrária: democratizando a terra e a água no Semi-árido Brasileiro, vem prestar todo apoio à Conferência Nacional da Terra e da Água, porquanto ela, além de congregar e unir a grande e rica diversidade dos campesianos brasileiros explicita para a sociedade brasileira As contradições de um modelo agrícola que ao privilegiar o agronegócio, para atender a interesses não nacionais, abre mão das potencialidades da nossa agricultura para um desenvolvimento sustentável e soberano. Tal desenvolvimento só é possível com uma verdadeira reforma agrária e a prioridade da agricultura familiar e camponesa, que se baseia na preservação dos recursos naturais, genéticos e culturais, utiliza tecnologias limpas, em vista da soberania alimentar. Nós da ASA, que filia mais de 700 entidades, somamo-nos às organizações que promovem a Conferência nesta luta, que é também luta por outra sociedade, outro país, outro mundo. Desejamos pleno êxito à Conferência e nos comprometemos a abraçar suas deliberações

Teresina, 19 de novembro de 2004



ANEXOS

CARTA da TERRA/Piauí

Teresina (PI), 19 de novembro de 2004

Ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva

Aos Governadores, Senadores, Deputados Federais e Estaduais, especialmente dos estados do Semi-árido brasileiro;

Aos prefeitos e vereadores dos municípios inseridos na região semi-árida;

À Sociedade Brasileira;

Nós, 500 agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados, assessoras e assessores de organizações da sociedade civil, vindos dos 11 estados do Semi-Árido Brasileiro, reunidos em Teresina- PI, entre os dias 16 a 19 de novembro de 2004 por ocasião do V Encontro Nacional da Articulação do Semi-Árido Brasileiro, que teve como eixo Reforma Agrária: democratizando a Terra e a Água no Semi-Árido Brasileiro, reafirmamos a atualidade da carta do IV Enconasa, realizado em Campina Grande-PB, em 2003, e ainda afirmamos:

A Reforma Agrária democrática e sustentável deve se fundamentar na desapropriação do latifúndio.

A Reforma Agrária democrática e sustentável é uma condição insubstituível para a democratização do acesso à água no semi-árido.

A Reforma Agrária democrática e sustentável é condição essencial básica para a garantia de segurança alimentar e nutricional no semi-árido.

A Reforma Agrária democrática e sustentável na região semi-árida deve se pautar por um modelo de desenvolvimento que tenha como princípio básico a convivência com o semi-árido.

O Semi-árido Brasileiro compreende uma área de 900 mil Km² onde estão presentes 2 milhões de estabelecimento familiares, que correspondem aproximadamente a metade do universo da agricultura familiar do país, mas apenas 4,2% do total da área agrícola nacional. Esses dados revelam a enorme concentração de terra na região, configurando uma realidade socialmente injusta na qual os latifúndios improdutivos dominam a paisagem deixando à pequenas propriedades familiares com uma média de menos de 10 hectares, uma extensão de terra inviável para a sustentabilidade da agricultura familiar no semi-árido. Com pouca disponibilidade de terra, limitando acesso à água e com restrito acesso aos benefícios das políticas públicas, a agricultura familiar tem sido historicamente mantidas em uma situação de grande vulnerabilidade social. Diante disso é levada a um círculo vicioso no qual a pobreza, a fome e a desnutrição induzem à degradação dos recursos naturais e vice-versa, inviabilizando aos poucos a própria permanência das famílias agricultoras na terra.

Esse quadro encontra suas raízes já nos primórdios do período colonial e é fruto de uma clara opção do Estado brasileiro que histórico e politicamente foi dominado pela elites agrárias. Embora no curso dessa história diferentes movimentos populares no campo tenham se organizado na luta pela terra na região, até hoje a terra e a água não foram democratizadas uma vez que o Estado sempre atuou no sentido de negar esse direito popular por meio do uso da força física. Os massacres de Canudos, Caldeirão, Palmares, Pau de Colher, Condestado e outros deixaram profundas cicatrizes na memória nacional e evidenciam essa opção estatal reiterada através dos séculos.

O Brasil perdeu várias oportunidades históricas para a realização de sua sociedade brasileira não pode deixar escapar, para enfim realizar o seu projeto de nação. Assiste-se, por um lado, o grande



revigoramento dos movimentos sociais no campo, como não deixa de evidenciar o nosso V Enconasa. Por outro lado, pela primeira vez em nossa história, a sociedade depositou clara expectativa de uma ação do governo na promoção de mudanças estruturais, na medida em que conseguiu viabilizar o seu projeto de levar Lula à presidência.

Após dois anos do governo Lula, essas expectativas populares não vêm sendo confirmadas. A Reforma Agrária não vem sendo executada segundo os ritmos e os métodos defendidos pelos movimentos sociais e prometidos em campanha eleitoral. Em vez disso, o que estamos assistindo como a essência do projeto governamental é a reafirmação do latifúndio monocultor, que agora recebe também o nome de agronegócio.

Para nós está claro que a manutenção do latifúndio monocultor (agronegócio) é incompatível com o desafio de democratizar a sociedade brasileira. Se ele gera, no curto prazo, importantes divisas para a estabilização da economia nacional, como argumentam seus defensores, em contrapartida engendra intensos processos de exclusão social, de insegurança alimentar e degradação ambiental.

No Semi-Árido Brasileiro os perímetros irrigados são a expressão maior desse modelo. Nesse sentido, o projeto de transposição do Rio São Francisco defendido pelo governo federal como alternativa para levar água ao semi-árido evidencia a manutenção da opção pelo latifúndio monocultor (agronegócio) em detrimento dos anseios dos agricultores e agricultoras familiares, movimentos populares e organizações da sociedade civil.

Em nosso entendimento, democratizar o acesso a água significa o atendimento das diversas

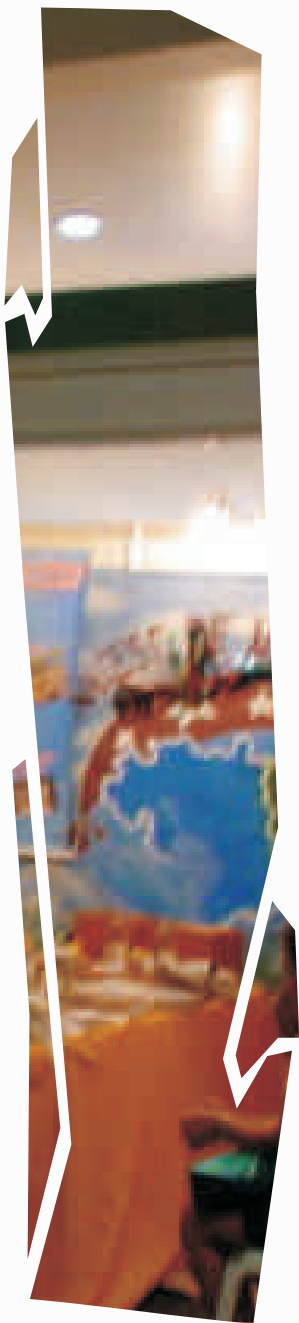
demandas hídricas (consumo humano e animal, agricultura, etc) de uma população dispersa no território como é a característica da agricultura familiar. As experiências promovidas pelas organizações vinculadas à ASA demonstram que por meio da construção de pequenas obras de infraestrutura, de baixo custo, para a captação e armazenamento, construídas a partir da mobilização e participação ativa das comunidades e como o uso de tecnologia desenvolvidas e apropriadas localmente, é possível alcançar a descentralização do acesso à água.

O Programa de Formação e Mobilização Social par a Convivência com o Semi-árido P!MC da ASA, em parceria com o governo federal e a cooperação internacional e o apoio d setores da iniciativa privada, se constituiu como política pública e nos últimos anos vem possibilitando a construção de cisternas familiares e comunitárias em larga escala por todo o semi-árido revelando a viabilidade técnica e sócio-organizativa dessa proposição.

Consideramos que a política fundiária adotada pelo governo não se configura como um efetivo programa de Reforma Agrária. O financiamento da terra através do crédito funcionário não é um mecanismo capaz de quebrar a espinha dorsal do latifúndio e responder ao desafio de democratizar o acesso à terra e à água. Nesse sentido, reafirmamos nossa luta pela democratização dos latifúndios como o principal meio para a efetivação da Reforma Agrária e apoiamos a luta pelo Limite do Tamanho da Propriedade da Terra (35 módulos fiscais)

Defendemos também:

A revogação da medida provisória que impede as vistorias por dois anos de terras ocupadas pelas famílias sem-terra. As ocupações de terra vêm se configurando uma estratégia socialmente legítima



adotada pelos movimentos sociais para fazer avançar a Reforma Agrária no país e garantir a função social da terra constitucionalmente definida.

Que sejam destinadas para a reforma Agrária as terras públicas hoje arrendadas a preços irrisórios para plantio de eucalipto e outras monoculturas.

A regularização da posse da terra para as diversas categorias de agricultores e agricultoras familiares, que não detêm a propriedade forma da terra dentre elas as experiências de fundo de pasto;

O imediato reconhecimento das terras indígenas e das unidades quilombolas; a demarcação e proteção das terras indígenas e das unidades de conservação e a regularização das terras ocupadas por posseiros agricultores familiares.

A aprovação do Projeto de Lei que tramita na Câmara Federal, que propõe a expropriação das terras onde tem o uso de trabalho escravo.

As experiências que vêm sendo gestadas e implementadas por organizações vinculadas a ASA, e que foram objeto de debate em nosso V Enconasa, apontam para uma outra política de desenvolvimento para o País.

Para garantir a sustentabilidade da Reforma Agrária faz-se necessário associar a essas iniciativas um conjunto de políticas públicas que valorizem e tirem partido das especificidades sociais, culturais e ambientais da região na perspectiva da convivência com o Semi-árido.

Neste sentido defendemos.

Uma reforma agrária que leve em conta as especificidades e diversidades regionais;

A ruptura com o atual modelo de desenvolvimento econômico;

A consolidação da agricultura familiar através do crédito, assessoria técnica, social e ambiental feita a partir das demandas e saberes locais;

O protagonismo de crianças, jovens, pessoas idosas e mulheres;
A democratização dos meios sociais de comunicação;
Uma política de educação voltada para a convivência com o semi-árido.

Expressamos a esperança de que a Reforma Agrária, na perspectiva da democratização da terra e da água, fruto de décadas de lutas sociais e do esforço humano nos mais diferentes locais deste imenso semi-árido, se torne política pública assumida pelos poderes legislativo e executivo, em nível federal, estadual e municipal, para a construção de um novo modelo de desenvolvimento para o país.



EQUIPE DE SISTEMATIZAÇÃO

Coordenação: Daniel Solon / Lígia Rocha

Apoio: Denis Carvalho/ Artelene Martins

Sistematização das Salas Temáticas e dos Grupos de Trabalho : Jader Barrozo, Paula Borges, Jociana Sousa, Lidiani de Castro, Heli Vasconcelos, Thiago Alexandre, Jaison Castro, Vera Rocha, Luiz de Sousa Carvalho, Denis Carvalho, Lígia Rocha e Daniel Solon.

Revisão dos originais: Daniel Solon e Lígia Rocha

Divulgação

Reforma Agrária: Democratizando a Terra e a Água no Semi-Árido Brasileiro

VENCONASA
REFORMA AGRÁRIA:
DEMOCRATIZANDO A TERRA E A ÁGUA
NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO.

PARTICIPANTE:

DATA: 16 a 19 de Novembro / 2004
LOCAL: Rio Poty Hotel

Realização:

Teresina-PI

VENCONASA
REFORMA AGRÁRIA:
DEMOCRATIZANDO A TERRA E A ÁGUA
NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO.

PARTICIPANTE:

DATA: 16 a 19 de Novembro / 2004
LOCAL: Rio Poty Hotel

Realização:

Teresina-PI

VENCONASA
REFORMA AGRÁRIA:
DEMOCRATIZANDO A TERRA E A ÁGUA
NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO.

PARTICIPANTE:

DATA: 16 a 19 de Novembro / 2004
LOCAL: Rio Poty Hotel

Realização:

Teresina-PI

Crachá

Menu





VENCONASA

**REFORMA AGRÁRIA: DEMOCRATIZANDO A TERRA
E A ÁGUA NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO.**

Rio Poty Hotel
16 a 19 de Novembro / 2004

Teresina-PI



VENCONASA
ENCONTRO NACIONAL DA ARTICULAÇÃO
NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

Realização:



Apoio:














VENCONASA

REFORMA AGRÁRIA:
DEMOCRATIZANDO A TERRA E A ÁGUA
NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO.



Teresina-PI





Rio Poty
Hotel

BEM VINDO AO

VENCONASA

16 a 19
de Novembro
2004

REFORMA AGRÁRIA: DEMOCRATIZANDO A TERRA E A ÁGUA NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO.

Realização:



CONTRIBUIÇÕES, POR ESTADO, NO TEXTO DO DOCUMENTO DA CE AO V ENCONASA

UF Pontos	EnconASA	P1MC	GTs	Fórum Estaduais	CE
AL	Periodicidade: a cada 02 anos. Que cada estado prepare seu planejamento estratégico e o EnconASA faça o seu em cima do planejamento dos estados.	- Aumentar o número de UGMs. Sugestão: trabalhar uma proposta de monitoramento do P1MC. - Rever a meta.	Os GTs existem só para subsidiar a temática trabalhada.	Concorda com os pontos do documento.	- Concorda com os pontos do documento. - Que a coordenação estadual encaminhe por escrito para CE suas questões: sejam elas de ordem política ou outra.
BA	- Periodicidade: a cada 02 anos. - Proposta para que em 2006 seja realizado o Congresso da ASA, pois no encontro de Igarassu definiu-se a realização do Congresso a cada 04 anos. - Encontros da CE Ampliada: no mínimo 02 encontros entre os EnconASAs. Que essas reuniões sejam espaço de prestação de contas das ações da ASA, com enfoque na AP1MC por conta das questões legais e jurídicas. - Critério de participação: mantém-se o número de 55 participantes: 11 titulares, 11 suplentes mais 01 por Estado. As 22 vagas restantes sejam distribuídas respeitando a proporcionalidade aplicada ao EnconASA.	- Avaliação para credenciamento ou descredenciamento de UGMs: o Encontro Estadual da Bahia já se definiu por esse posicionamento. - Remeter para a CE a competência de tomada de decisão (credenciar e descredenciar). - Corrigir desproporções e fazer adequações na distribuição de recursos humanos, materiais e financeiros, considerando áreas geográficas e metas físicas de cada UGM. - Definir normas de contratação de pessoal nas UGMs. - Que o/a coordenador/a de UGM não seja representante na CE. - Dilatação dos prazos: não tomar essa decisão agora. Buscar resolver os entraves do programa, identificando-os e estabelecendo as condições necessárias para o cumprimento do prazo. - Comunicação externa: continuar com a meta, mas explicitando os entraves ainda enfrentados.	- A discussão girou em torno da definição de papéis da AP1MC e GTs centralização ou não do gerenciamento. - Proposta de unir o GT Bomba Popular com o P1+2.	Ponto não discutido.	Ponto não discutido.

CONTRIBUIÇÕES, POR ESTADO, NO TEXTO DO DOCUMENTO DA CE AO V ENCONASA

UF Pontos	EnconASA	P1MC	GTs	Fórum Estaduais	CE
CE	• Periodicidade: a cada 02 anos. • Reuniões ampliadas entre o EnconASA, seguindo a proporcionalidade dos Estados. • Eleições da CE seguindo a periodicidade do EnconASA.	• Criar instrumentos para o monitoramento das cisternas construídas nas etapas passadas. • Critério para credenciamento: não-cumprimento das metas. • Critério para credenciamento: definir quem vai avaliar. • Elasticidade os prazos / metas, a depender de um estudo aprofundado.	• Definir referências na CE, responsáveis pelos GTs, considerando as especificidades dos mesmos. • Garantir recursos para o funcionamento dos GTs. • Refletir sobre o papel / competência dos GTs. • Elaborar um planejamento para 2005.	• Realizar discussões com instituições dos fóruns para melhor definir o papel dos mesmos. • Tornar claro para os fóruns microrregionais as instituições que compõem a coordenação ampliada e a sua representatividade. • Mobilizar a sociedade (fóruns), visando a elaboração de projetos para implementação de políticas públicas. • Os fóruns devem discutir com o governo as políticas públicas para o semi-árido.	• Cresceu nos últimos anos. A ampliação e o aprofundamento da atuação da CE também são de nossa responsabilidade. • Reconhecer que a CE é composta por instituições e não por pessoas. • Discutir junto às organizações a disponibilidade dos representantes na CE. • Criar sistemática para repasse/reflexão do papel/ações da CE.

CONTRIBUIÇÕES, POR ESTADO, NO TEXTO DO DOCUMENTO DA CE AO V ENCONASA

UF Pontos	EnconASA	P1MC	GTs	Fórum Estaduais	CE
ES	Periodicidade: a cada 02 anos.	- O prazo de execução não está sendo suficiente, pois falta preparo das organizações que estão iniciando no P1MC. - Unificar o prazo de execução, levando em consideração o entendimento das fragilidades e experiências das entidades, não fugindo do compromisso com o cumprimento das metas. - Criar mecanismos de acompanhamento e monitoramento das famílias que recebem cisternas. - É importante ampliar o número de UGMs. Trabalhar a possibilidade de levar 01 UGM para o ES, levando em conta a área de abrangência. - Investir nas capacitações e infraestrutura das UGMs. - Credenciamento: Declaração do Semi-Árido, Carta Política da ASA. - Descredenciar as UGMs que não estão cumprindo as metas, a partir da discussão da CE com os fóruns estaduais.	- Os GTs não têm instância deliberativa. - Complementação dos GTs em outros processos de construção de cisternas. - Os GTs animam os processos da ASA.	Garantir recursos para os processos de monitoramento, avaliação e formação nos Fóruns Microrregionais e Estaduais, dentro das UGMs a partir da lógica do P1MC.	- Manter constante acompanhamento e monitoramento da CE. - Os representantes da CE devem ser representantes legais das entidades que compõem a ASA. - Manter a interlocução da implementação da Carta Política e ações específicas da ASA.

CONTRIBUIÇÕES, POR ESTADO, NO TEXTO DO DOCUMENTO DA CE AO V ENCONASA

UF Pontos	EnconASA	P1MC	GTs	Fórum Estaduais	CE
MA	- Periodicidade: a cada 02 anos. - Sugestão: que o próximo EnconASA seja em 2007, pois será definido o quadro político nacional. - Que o próximo encontro seja o Congresso.	- Que este EnconASA decida pela realização da avaliação do processo de implantação, considerando a experiência acumulada e as ações a serem realizadas. A partir da avaliação, o grupo do 55 decidirá sobre o prazo. - Determinar o número exato de pessoas jurídicas sem fins lucrativos que integram a ASA, a fim de sistematizar informações, permitindo-nos realizar planos estratégicos de ações e análises com dados reais. - A CE terá poder de veto no credenciamento ou descredenciamento de UGMs, atendendo os critérios da ASA / AP1MC.	- Desenvolver ações, tendo autonomia financeira e política para desenvolver projetos atendendo à Carta de Princípios do Semi-Árido Brasileiro. - Desenvolver planejamento estratégico anual entre GTs.	A CE ou os fóruns estaduais deverão realizar a atualização e novas adesões de sócios da AP1MC, conforme o Estatuto da AP1MC, permitindo, assim, o cumprimento das determinações dos indicadores do número de participantes das assembléias gerais.	Ponto não discutido.
MG	Periodicidade: a cada 02 anos.	- Prazo: rever o projeto e a partir da experiência repactuar um novo prazo. - Avaliação deve ser feita pela UGM, Fóruns e Estados. Credenciamento: para entidades que já atuam na região. - Descredenciamento: as UGMs que não cumprirem as metas no prazo estabelecido / conveniado levarão uma advertência. Se tiver três advertências consecutivas, será descredenciada (pelos Fóruns e CE).	- Papel: - Qualificar o debate na ASA; - Subsidiar as ASAs para seus posicionamentos. - Gestão: é da ASA/CE. - Recomendações: que o GT Nacional seja composto por entidades/pessoas dos GTs Estaduais. - Se as entidades/pessoas não contribuem com as dinâmicas das ASAs, deverão ser convocadas para um novo reposicionamento ou substituição.	UGMs: reafirmar o compromisso de colaborar com os processos dos Fóruns (infra-estrutura, pessoal, R\$, etc.).	- Descentralizar o debate no Estado (ampliar for-mato de gestão). - Colaborar nas dinâmicas dos Fóruns.



CONTRIBUIÇÕES, POR ESTADO, NO TEXTO DO DOCUMENTO DA CE AO V ENCONASA

UF Pontos	EnconASA	P1MC	GTs	Fórum Estaduais	CE
PB	• Periodicidade: a cada 02 anos. • Realizações de encontros ampliados da CE, com participação de organizações de outros Estados. • Que, além das propostas de planejamento estratégico da ASA; monitoramento, avaliação e planejamento; posicionamento e tomadas de decisão em âmbito nacional, prestação de contas, etc., seja também pensado o EnconASA, para não deixar para a última hora.	• Que os prazos e metas sejam considerados respeitando os processos estaduais. • A escolha das organizações para serem UGMs deve passar por um processo de discussão pelos fóruns estaduais. • A ASA Estadual deve ter legitimidade para credenciar e descredenciar a UGM caso seja necessário. • Havendo problema no fórum estadual, a AP1MC deve interferir. • As organizações para UGM tenham participação ativa nos fóruns estaduais e microrregionais em que atua. • Favorecer o controle social do P1MC/UGM pelos espaços microrregionais e estaduais.	• Os GTs devem ser subordinados aos fóruns de decisão política da ASA: EnconASA, fóruns estaduais e CE. • Definir melhor o papel dos GTs junto aos fóruns estaduais e da ASA Brasil. • Papel dos GTs: animar os debates temáticos (formação); ser articula-dor.	• Ter dinâmicas de reuniões periódicas para avaliar, planejar e monitorar as ações do fórum. • Realizar encontros estaduais a cada ano. • O fórum estadual deve criar mecanismos de organização nas microrregiões e fortalecer onde já existe. • Melhorar os mecanismos de comunicação para dentro e para fora do Estado. • Favorecer a troca de intercâmbio de dinâmicas organizativas entre os fóruns estaduais.	• Discutir o papel do representante estadual na Coordenação Executiva antes da eleição. • Nos espaços de encontros e reflexão do fórum estadual, discutir as questões demandadas pela CE / ASA Brasil, retornando as decisões no fórum.

CONTRIBUIÇÕES, POR ESTADO, NO TEXTO DO DOCUMENTO DA CE AO V ENCONASA

UF Pontos	EnconASA	P1MC	GTs	Fórum Estaduais	CE
PE	- Periodicidade: a cada 02 anos. - Reuniões da CE ampliada com 55 representantes uma vez por ano. - Permanência da participação dos agricultores no EnconASA. - Aprofundamento de temas específicos, com propostas de âmbito nacional. - Criar mecanismos da utilização da Carta Política nos estados e microrregiões ao longo do ano, cobrando cumprimento pelos poderes públicos.	- Realizar estudo técnico nos estados / microrregiões do prazo necessário para executar o P1MC com qualidade. - Análise pela UGC/ASA Estadual da capacidade operacional de cada UGM (todos os componentes). - Análise da estrutura da UGM x metas desiguais. Levar em conta parceiros locais (movimento sindical, etc.).	O papel dos GTs é apenas propositivo, não deliberativo. Gestão temporária, que resulte num produto.	Ponto não discutido.	Definir perfil dos representantes dos estados, tendo respaldo da sua entidade.
PI	- Periodicidade: a cada 02 anos. - Definir o caráter do EnconASA. - Criar na CE o GT EnconASA. - O processo de mobilização x atuação das UGMs.	- Garantir momento de intercâmbio entre as UGMs. - Criar condições de acompanhamento.	Ponto não discutido.	- Realizar encontro anual. - Integrar as ações dos GTs no seu planejamento estratégico.	- Representar e defender as decisões dos fóruns e executivas estaduais. - Sua escolha deve se dar no colegiado máximo da ASA Estadual.
RN	Não há consenso sobre a periodicidade do EnconASA.	- A meta do P1MC passe para 10 anos. - Construir metodologia do PMA.	Fortalecimento dos GTs como espaço interno.	Há processos consolidados e outros em consolidação.	Construir instrumentos que consolidem as representações dos Estados.

CONTRIBUIÇÕES, POR ESTADO, NO TEXTO DO DOCUMENTO DA CE AO V ENCONASA

UF Pontos	EnconASA	P1MC	GTs	Fórum Estaduais	CE
SE	- Periodicidade: a cada 02 anos. - Um encontro anual de avaliação com um número menor por Estado.	- Elastecer o prazo de execução do P1MC. - Manter o processo avaliativo e de troca de experiências da coordenação, gerência e representação legal das instituições. Participação e org. dos pedreiros / associação. - Critérios de credenciamento: cumprir os já existentes. - Criar critérios para o descredenciamento: - irregularidades (detectar); - não cumprimento do prazo. Obs.: a importância dos fóruns e articulações estaduais acompanharem a execução do projeto pelas UGMs.	Acatadas as sugestões do documento.	- Que as instituições levem para os fóruns a troca de experiências. - Estimular a criação de fóruns microrregionais.	Acatadas as sugestões do documento (sugestões pertinentes e, ao mesmo tempo, desafiadoras)
Cooperação Internacional	- Periodicidade: não houve consenso. - Realização Reunião CE Ampliada anualmente (ser fórum político com ampliação proporcional). - Constituir Comissão Permanente de Preparação dos EnconASAs (agências sinalizam apoio a esta Comissão). - Realizar periodicamente a Feira da Agricultura Familiar do Semi-Árido.	Ponto não discutido.	- GT com poder para incidência política no tema (com supervisão da CE). - Gts necessitam espaço na agenda nas instâncias de coordenação da ASA (CE/Fóruns Estaduais e Microrregionais). - Constituição de GTs Estaduais. - Clarificar a relação ASA x RESAB.	Ponto não discutido.	Ponto não discutido



















8. Convivência com o Semi-Árido e Política de Crédito
Experiências: - ASCOOP / BA
 - Cooperativas de Crédito: A experiência do sistema ECOSOL / PE
Facilitador: Marcelo Pinheiro - CETRA / PE
Apoio: Genival Araújo / EFPT

9. Economia Popular Solidária no Semi-Árido
Experiências: - Fundos Rotativos Solidários-PB - Rede Sôco Economia Solidária / CE
Facilitador: Alexandre Oliveira / Visão Mundial / RN
Apoio: Luis Araújo (Lucas) / EFPT-PI

10. Água para a Produção de Alimentos no fortalecimento da Agricultura Familiar
Experiência: Barragem Sucupira / RN
Facilitadora: Maria Salete Pereira - ASA / BA
Apoio: Sônia Maria - CEPAC / PI

11. Sementes como Patrimônio da Humanidade
Experiências: - Rede Casas de Sementes / ESPLAR - Sementes do Piauí / PB
Facilitadora: Maria Paula Correa Lima / PB
Apoio: Genival Oliveira - COOTAPI / PI

19h00 - JANTAR
 Livre - Programação cultural

DIA 18/11 - QUINTA-FEIRA
08h00 às 12h00
Delegados/delegadas:
 - Avaliação e Planejamento da Ação da ASA
 - Assinatura da AP1MC
Experimentadores/as:
 Intercâmbio de experiências relativas aos temas em debate

12:00 - ALMOÇO

14h30 às 16h00 - Apresentação e debate de vídeos.
16h30 às 18h30 - Plenária Geral
 - Conferências e Debates sobre a Transposição do Rio São Francisco

Participantes:
 Rubem Sitteira - CPT / BA
 Ciro Gomes - Ministro da Integração Nacional
 João Azner - Prof. Dr. Em Recursos Hídricos da UFRN

19h00 - JANTAR
 Livre - Programação cultural

DIA 19/11 - SEXTA-FEIRA
08h00 - Mesa temática: Parcerias e perspectivas da ASA
 Participação: ASA / MDS / MMA / MDA / FEBRABAN / Cooperação Internacional / UNICEF / Governador / PI
10h00 - Apresentação e entrega da Carta do Piauí:
 Reforma Agrária - Democratizando a Terra e a Água no Semi-Árido Brasileiro.
11h00 - Música de Encerramento do VENCONASA
12h00 - ALMOÇO e Festa de encerramento.



VENCONASA
ENCONTRO NACIONAL DA ARTICULAÇÃO
NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

Realização:



Apoio:










VENCONASA

REFORMA AGRÁRIA: DEMOCRATIZANDO
A TERRA E A ÁGUA NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO.



VENCONASA
ENCONTRO NACIONAL DA ARTICULAÇÃO
NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

Rio Poty Hotel

16 a 19 de Novembro / 2004

Teresina-PI





